

# A EVOLUÇÃO DO CONCELHO DE ÍLHAVO

GEOLOGIA, HISTÓRIA, HODONÍMIA, PATRIMÓNIO  
MARÍTIMO, INDUSTRIAL E MILITAR

**TÍTULO** A EVOLUÇÃO DO CONCELHO DE ÍLHAVO: GEOLOGIA, HISTÓRIA, HODONÍMIA,  
PATRIMÓNIO MARÍTIMO, INDUSTRIAL E MILITAR

**EDIÇÃO** CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

**COORDENAÇÃO TÉCNICA** ELIANA FIDALGO

**ARTIGO/AUTOR** EVOLUÇÃO DO TERRITÓRIO ILHAVENSE NA PERSPETIVA  
DA GEOLOGIA: **CRISTINA BERNARDES**  
EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO TERRITÓRIO ILHAVENSE: **ANA ISABEL RIBEIRO**  
HODÓNIMOS OU MICROTOPÓNIMOS DO CONCELHO DE ÍLHAVO,  
MARCAS DE IDENTIDADE ESPACIAL E CULTURAL: **MANUEL FERREIRA RODRIGUES**  
EVOLUÇÃO DE ÍLHAVO NA PERSPETIVA DO PATRIMÓNIO MARÍTIMO,  
INDUSTRIAL E MILITAR: **ANDRÉ TAVARES**

**DESIGN** PAULO SANTOS – GABINETE DE COMUNICAÇÃO

**REVISÃO GRÁFICA** DORA BIO

**DATA DE EDIÇÃO** 2023

**ISBN** 978-972-8863-56-2

**NOTAS ÀS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS** A bibliografia é apresentada no final de cada artigo, cabendo aos autores a escolha e implementação dos critérios.

**NOTAS AOS ARTIGOS** Publicação multi-autoral cuja estrutura dos artigos, conteúdo, dimensão e estilo de escrita são da responsabilidade dos autores.

**PALAVRAS-CHAVE** Território; Geomorfologia Ílhavo; História Local Ilhavense; Toponímia; Microtoponímia; Hodonímia; Património Militar; Património Industrial; Património Marítimo; Projeto “Se esta rua fosse minha”; Centro de Documentação de Ílhavo.

# ÍNDICE

4		<b>PREÂMBULO</b>
6	<i>CAPÍTULO 1</i>	<b>A EVOLUÇÃO DO TERRITÓRIO ILHAVENSE NA PERSPETIVA DA GEOLOGIA</b>
14	<i>CAPÍTULO 2</i>	<b>A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO TERRITÓRIO ILHAVENSE</b>
27	<i>CAPÍTULO 3</i>	<b>HODÓNIMOS OUMICROTOPÓNIMOS DO CONCELHO DE ÍLHAVO: MARCAS DE IDENTIDADE ESPECIAL E CULTURAL</b>
45	<i>CAPÍTULO 4</i>	<b>EVOLUÇÃO DE ÍLHAVO NA PERSPETIVA DO PATRIMÓNIO MARÍTIMO, INDUSTRIAL E MILITAR</b>



**JOÃO CAMPOLARGO**  
Presidente  
Câmara Municipal de Ílhavo

## **PREÂMBULO**



Cinco anos volvidos após o início do projeto “Se esta rua fosse minha” é altura de parar, refletir e criar novos projetos e oportunidades para divulgar e projetar o município de Ílhavo junto da comunidade.

Porém, o “Se esta rua fosse minha” não se encerra aqui. Toda a informação histórica, toponímica e hodonímica que tem vindo a ser trabalhada deixou uma marca, um legado que ficará para sempre junto do público, que assumiu simultaneamente o papel de cocriador e utilizador desses mesmos conteúdos.

O logótipo, a música, as publicações, os jogos didáticos, os documentários, as exposições, o merchandising, os seminários, os encontros culturais, os programas semanais de rádio, as rubricas na imprensa, a recolha fotográfica integral das ruas, o serviço educativo, os setecentos e cinquenta testemunhos da comunidade sobre as curiosidades e lendas do concelho são alguns dos produtos concebidos com a ajuda dos parceiros do projeto, que ficam integralmente disponíveis para o público.

Porque o “Se esta rua fosse minha” teve origem como “Projeto de Toponímia do Município de Ílhavo” e porque o termo “Toponímia” remete para “lugar” e “território”, fazia sentido criar uma publicação que abordasse e sintetizasse esta temática.

Foi neste contexto que surgiu a ideia de elaborar a presente publicação, que pretende passar a escrito a interpretação de diferentes autores sobre a evolução do território ilhavense, abordando a sua evolução geomorfológica, passando pela história, toponímia e património marítimo, industrial e militar.

“A evolução do concelho de Ílhavo: Geologia, História, Hodonímia, Património Marítimo, Industrial e Militar” é mais um legado do “Se esta rua fosse minha” para a comunidade.

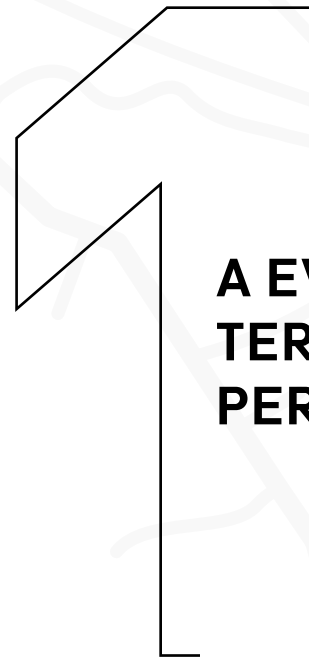


**João António Filipe  
Campolargo**

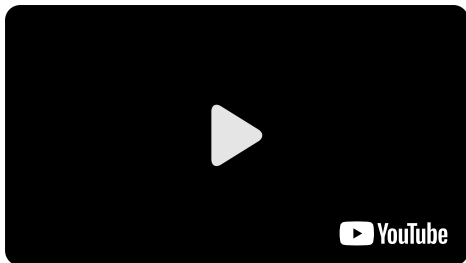
Presidente  
Câmara Municipal de Ílhavo



**CRISTINA BERNARDES**  
Universidade de Aveiro



# **A EVOLUÇÃO DO TERRITÓRIO ILHAVENSE NA PERSPETIVA DA GEOLOGIA**

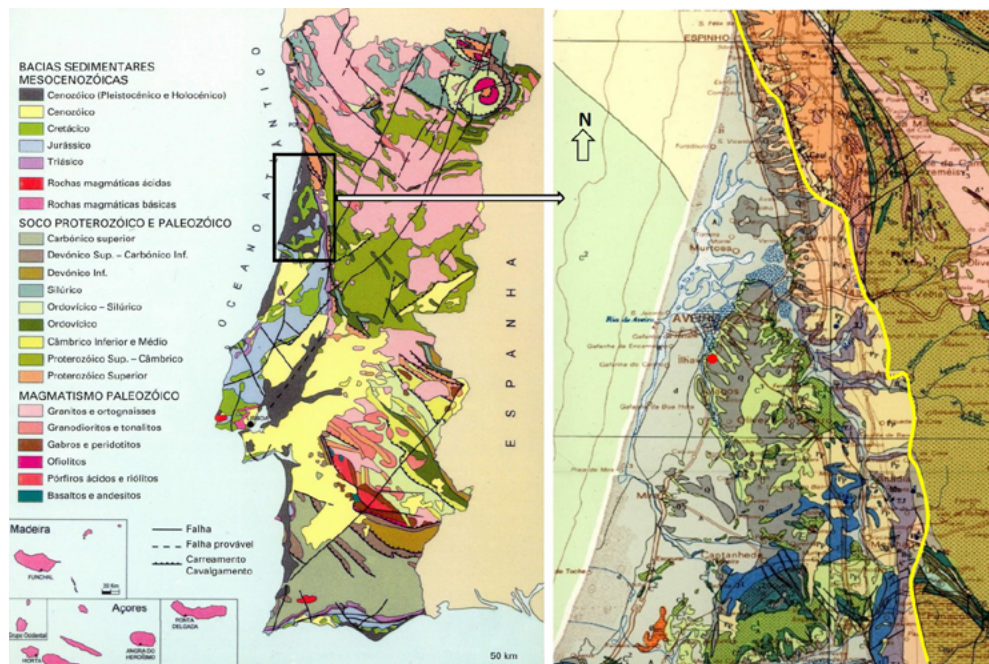


**CRISTINA BERNARDES**  
Universidade de Aveiro

O concelho de Ílhavo está inserido numa estreita planície costeira, de baixa altitude e de grande uniformidade topográfica, localizada a norte da denominada Bacia Meso-Cenozoica ocidental.

A Bacia está instalada sobre rochas metamórficas, representadas por xistos. Estas rochas não se observam no concelho de Ílhavo porque apenas afloram junto ao bordo da bacia, localizado a Este.

Os *Arenitos de Eirol* cobrem as rochas anteriores e são constituídos por arenitos, siltitos e argilitos de cor vermelha. Estas rochas também estão ausentes no concelho de Ílhavo, mas podem ser observadas como material de construção na ponte do Jardim Oudinot, na Barra, e numa das rotundas da Via da Malhada.



### Escala do Tempo Geológico

ÉON	ERA	PERÍODO	ÉPOCA	Milhões de anos (Ma)
Fanerozóico	Cenozóico	Quaternário	Holocénico	0,01
			Plistocénico	1,8
		Terciário	Priocénico	5,3
			Miocénico	24
			Oligocénico	33
			Eocénico	54
	Mesozóico	Cretácico		65
				142
				206
		Jurássico		
		Triássico		
		Paleozóico	Pérmico	248
			Carbonífero	290
			Devónico	354
Silúrico	417			
Ordovícico	443			
Câmbrico	495			
Proterozóico			545	
Arcaico			2500	
			4500	

Na região não existe registo geológico nestes períodos

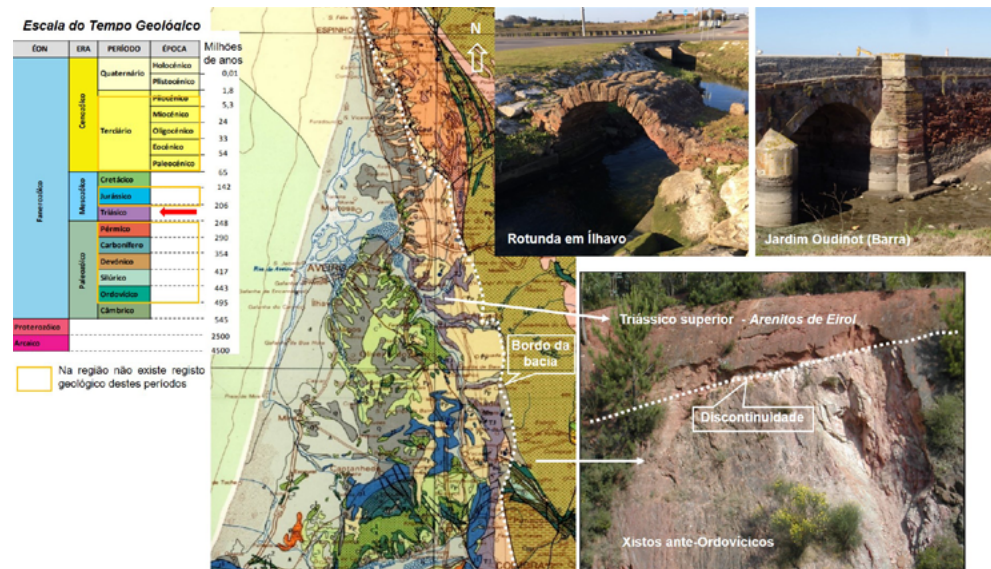
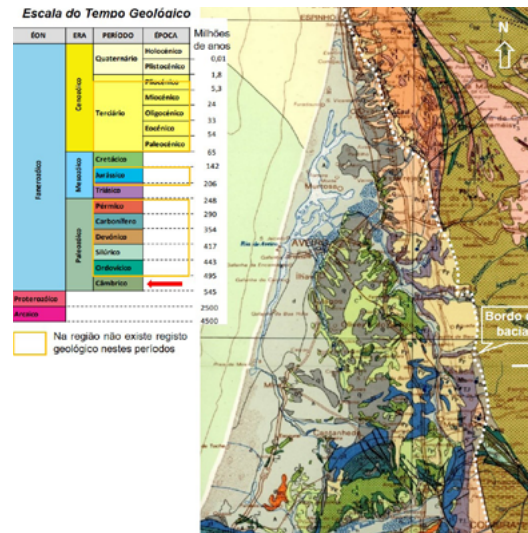


Os depósitos mais antigos presentes no concelho pertencem ao Cretácico superior e só visíveis em alguns vales escavados pelas linhas de água ou em antigos barreiros, em que as argilas eram exploradas para cerâmica. São constituídos por arenitos, argilas e margas.

O registo recente está representado por depósitos de praias antigas e terraços fluviais.

Os depósitos de praia ocorrem em diferentes níveis, evidenciando distintas fases evolutivas da geologia na região, fortemente condicionado pelas variações do nível médio do mar.

Os depósitos atuais são constituídos por areias, siltes e argilas que circundam a laguna e os seus canais, como é o caso do Canal de Ílhavo, areias de dunas antigas, que se estendem desde este canal em direção à costa, e que fazem parte da barreira arenosa, e as areias de praia e de duna frontal, presentes ao longo da costa.



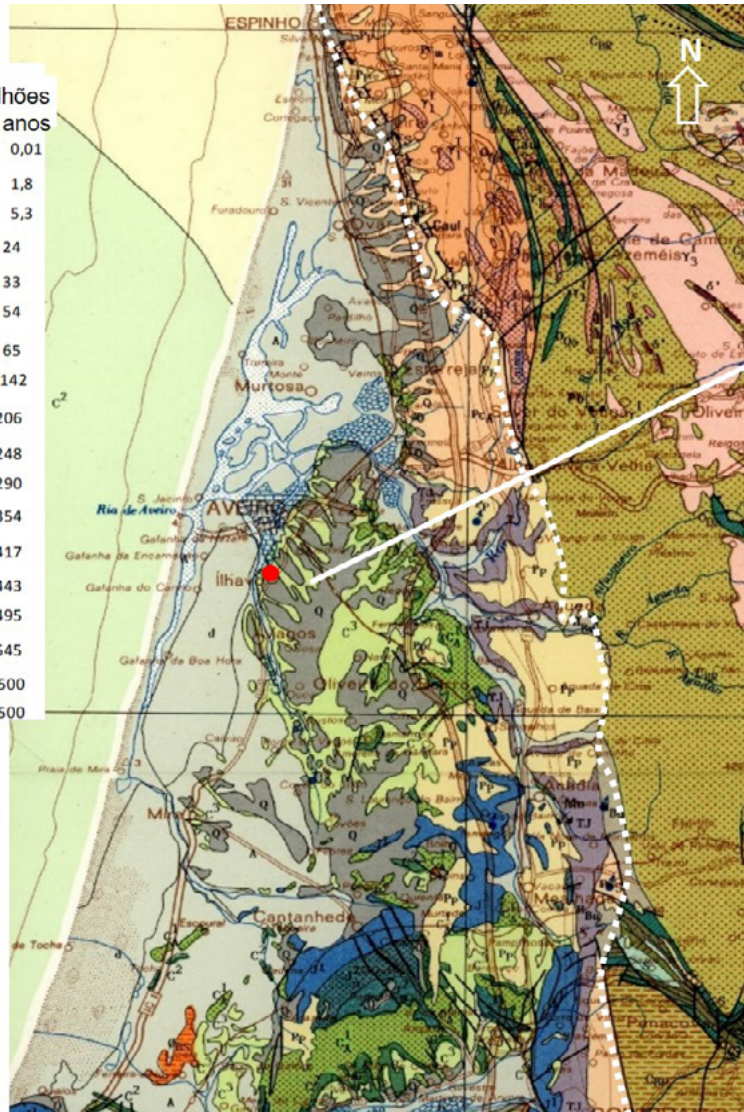


Os depósitos mais recentes foram condicionados pelo nível médio do mar. Há cerca de 12.000 anos, a linha de costa situava-se próximo do bordo da plataforma, ou seja, o nível médio do mar estava 90 m mais baixo, em relação à posição atual.

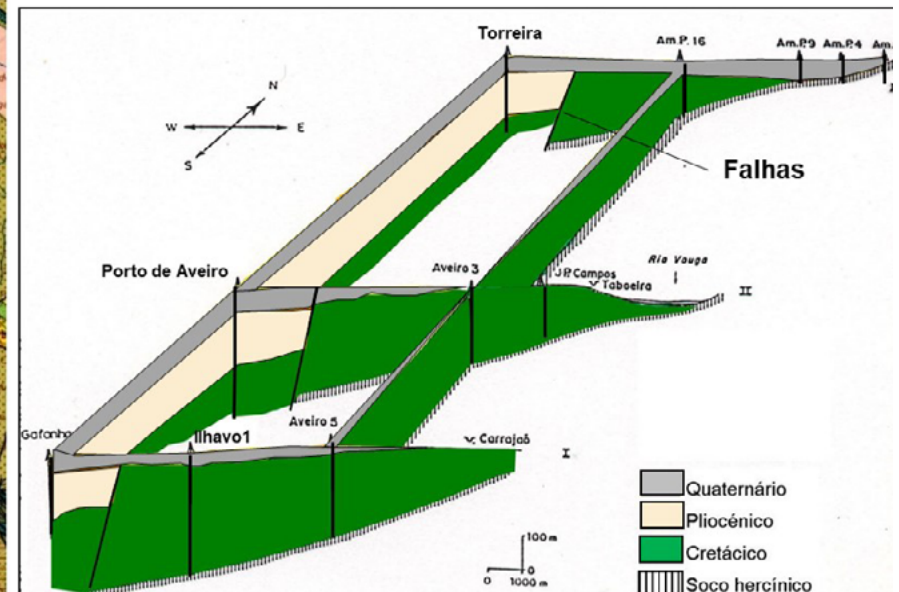
### Escala do Tempo Geológico

ÉON	ERA	PERÍODO	ÉPOCA	Milhões de anos	
Fanerozóico	Cenozóico	Quaternário	Holocénico	0,01	
			Plistocénico		
		Terciário	Pliocénico	1,8	
			Miocénico	5,3	
			Oligocénico	24	
			Eocénico	33	
	Mesozóico	Cretácico		65	
				142	
				206	
		Jurássico		248	
		Triásico		290	
		Paleozóico	Pérmico		354
			Carbonífero		417
			Devónico		443
Silúrico			495		
Ordovícico			545		
Cámbrico			2500		
Proterozóico			4500		
Arcáico					

Na região não existe registo geológico destes períodos



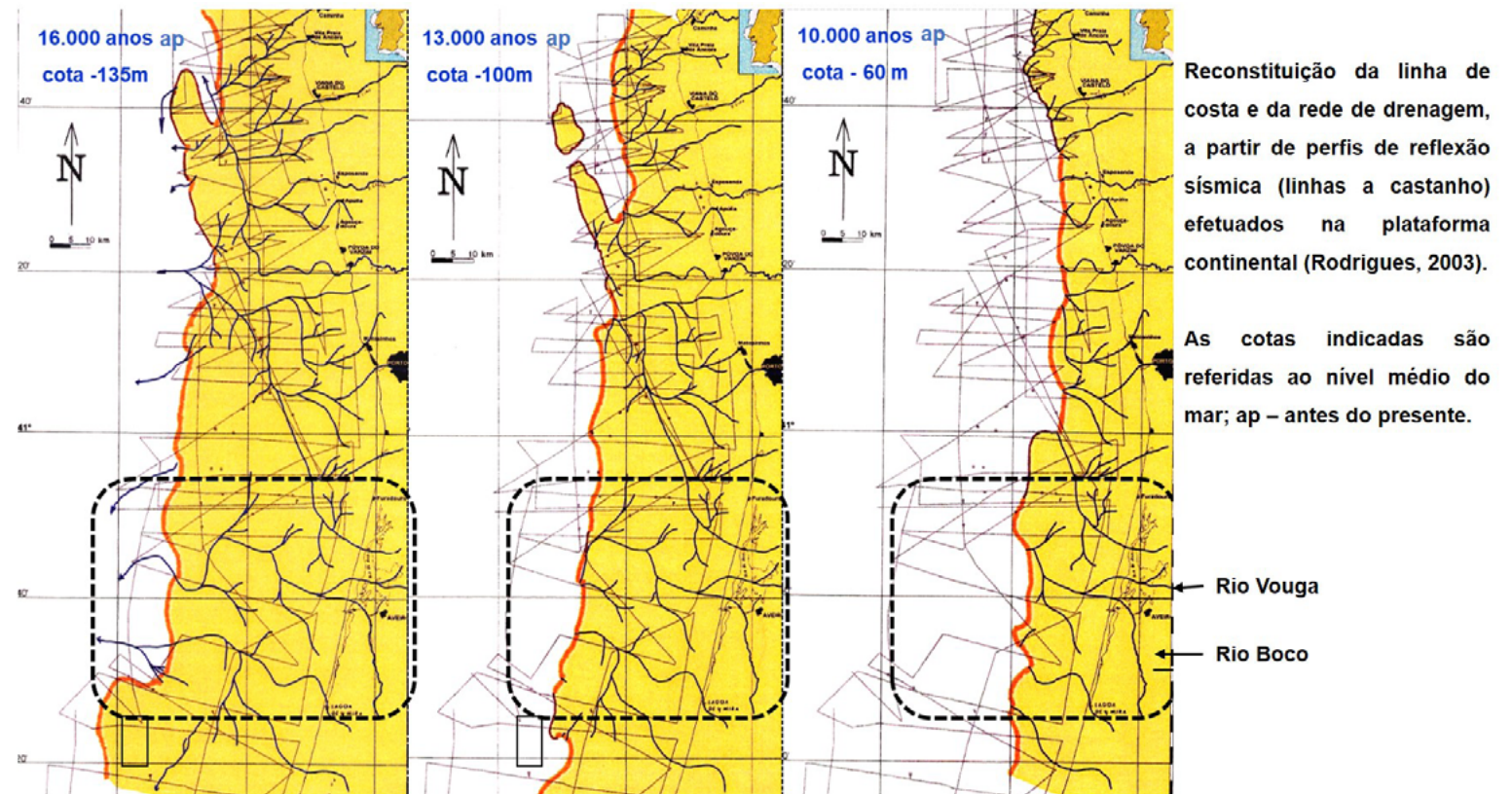
### Cretácico superior Formação Arenitas e Argilas de Aveiro





A partir desta situação a linha de costa registou uma tendência de avanço em direção ao continente. Há 1.000 anos atrás, ocupava uma posição mais continental que a atual, ocorrência conhecida como transgressão flandriana, tendo, posteriormente, sofrido um recuo gradual atingindo a situação presente.

Este processo foi acompanhado pela formação da barreira arenosa que sempre desempenhou um papel determinante no desenvolvimento das atividades humanas, quer económicas ou de recreio, dentro e fora da laguna de Aveiro.



Nas últimas seis décadas, a barreira arenosa tem experimentado variações morfológicas significativas, as quais se devem a uma taxa de acumulação de sedimentos inferior à necessária, para manter as características da barreira, o que provocou uma diminuição da largura média em 125 m, e de área útil de 21%. A falta de sedimentos e a ação dos temporais têm provocado o recuo da linha de costa de cerca de 2 m/ano.

**Plio – Pleistocénico**

**Terraços fluviais**

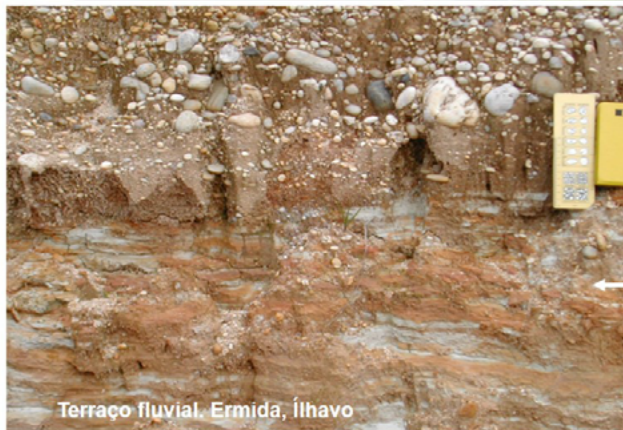
**Praias antigas (acima do nível médio atual do mar:**

**5 - 8 m; 15 - 20 m; 30 - 40 m)**

**Escala do Tempo Geológico**

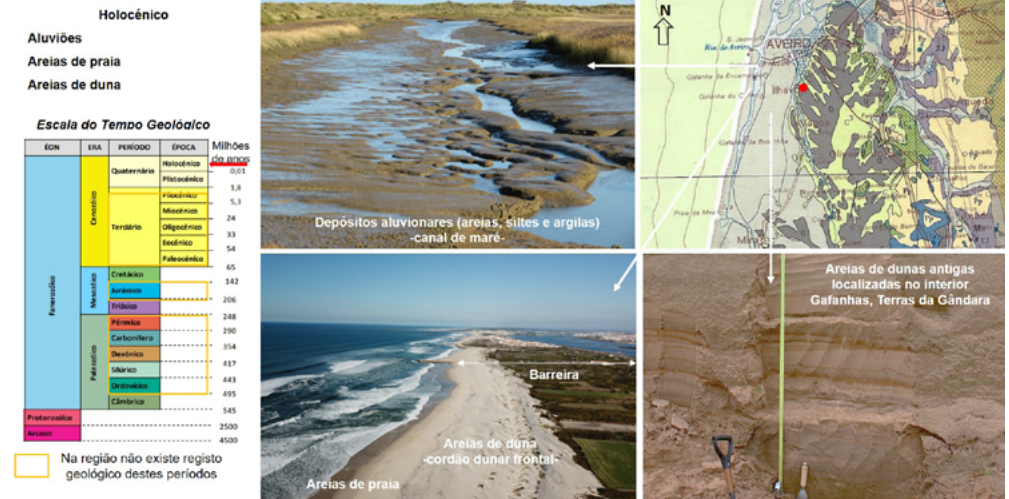
ÉON	ERA	PERÍODO	ÉPOCA	Milhões de anos
Fanerozóico	Cenozoico	Quaternário	Holocénico	0,01
			Pleistocénico	1,8
		Terciário	Pliocénico	5,3
			Miocénico	24
			Oligocénico	33
			Eocénico	54
	Mesozoico	Cretácico		65
				142
				206
		Jurássico		248
				290
		Triásico		354
				417
				443
Paleozóico	Pérmico		495	
			545	
	Carbonífero		2500	
			417	
			443	
Devónico		495		
		545		
Proterozóico			4500	
Arcaico			4500	

Na região não existe registo geológico destes períodos





A ocorrência de processos de elevada magnitude e de baixa frequência, que excedem os limites das condições existentes, podem transformar um fenómeno natural, como é o caso dos temporais, num evento de risco.

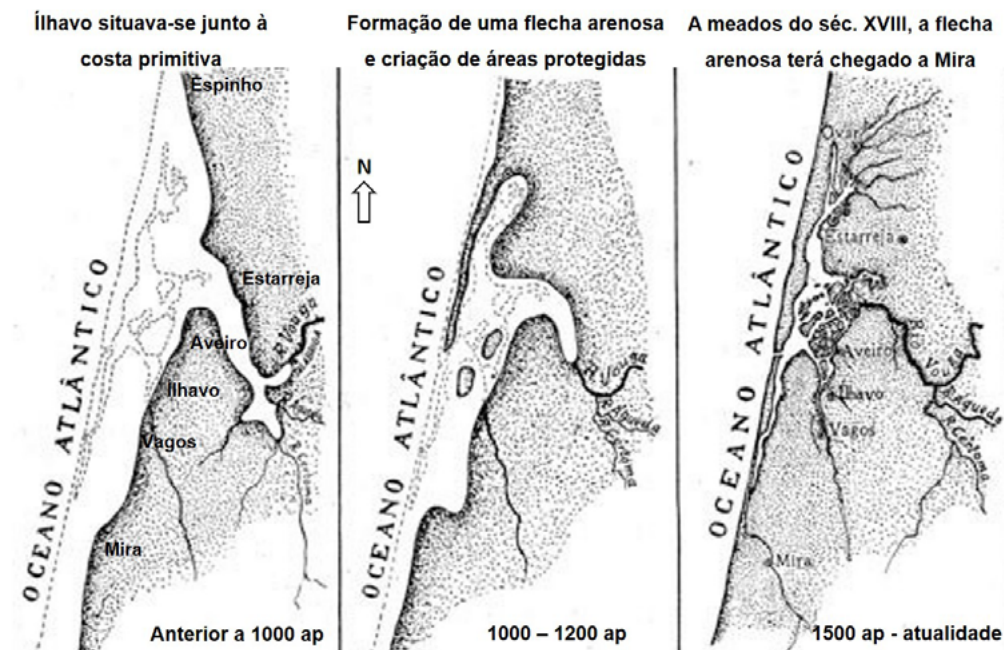


Na última década, o sistema costeiro tem mostrado uma tendência para a estabilização, em resposta à imersão de inertes ou enchimento das praias com areias provenientes das dragagens do canal da barra.





Os impactos dos processos geológicos são quase impercetíveis atendendo à escala muito lenta dos acontecimentos. Mas, as modificações provocadas pela ação do homem são mais rápidas e, por vezes, podem induzir desequilíbrios nos processos naturais.



Formação da laguna de Aveiro. ap: antes do presente. Modificado de Girão (1941).

Nota: Este texto é uma síntese do artigo publicado no *Ílhavo, Terra Milenar* / [coordenador científico Saul António Gomes] . Ílhavo: Câmara Municipal de Ílhavo, 2017.

ISBN 978-989-99473-9-9



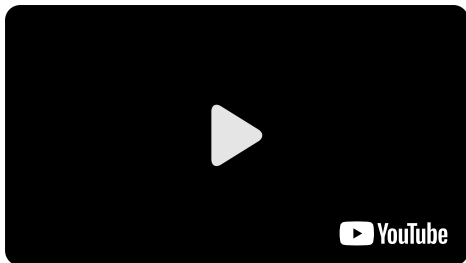
**ANA ISABEL RIBEIRO**

Universidade de Coimbra -  
Faculdade de Letras (DHEEAA) e CEIS20



## **A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO TERRITÓRIO ILHAVENSE**

14



**ANA ISABEL RIBEIRO**

Universidade de Coimbra -  
Faculdade de Letras (DHEEAA) e CEIS20

## 1. A ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO

Transformações geomorfológicas geraram profundas mudanças no quadro de povoamento e atividades económicas do período romano – de populações de implantação litoral, com ocupações iminentemente piscatórias e comerciais assistimos progressivamente, com as transformações da costa, a uma transição para uma economia mais rural (embora com a coexistência de atividades ligadas ao mar) que dominará os tempos medievais.

Neste contexto, a instalação de população intensifica-se e com ela a instalação dos poderes que irão desenhar o território na sua dimensão senhorial, concelhia e religiosa. Embora de forma escassa temos algumas evidências dessa instalação, como por exemplo:

- A Carta de doação da ermida de S. Cristóvão feita pelo conde D. Sesnando Davides a favor do presbítero Rodrigo, em 1088 (Gomes, 2017, p. 145 e p. 449’);
- Ou, em 1095, a referência a uma antiga igreja, de S. Cristóvão, entre as vilas de Sosa e Ílhavo – *occidentalem plagam im ripa maris ubi vocant ripas altas* [no lado ocidental do mar, onde chamam os ribas altas] (Gomes, 2017, p. 145) Neste contexto alto medieval, membros do clero e da nobreza moçárabe vão-se apropriando de terras na área do Vouga, edificando vilas e casais, arroteando matos e florestas,

semeando herdades e terras, edificando moinhos, abrindo esteiros e fazendo marinhas de sal, drenando terras alagadiças, promovendo, assim, a instalação de populações. Não estamos ainda a falar de centros urbanos, mas de um conjunto de casais com parcelas de terras trabalhadas por unidades familiares ou recorrendo a servos. Muitas destas “vilas” darão origem a aldeias e vilas novas, algumas das quais se tornam sede de paróquias. A ocupação do território ilhavense enquadra-se nesse paradigma.

## 2. OS SENHORES INSTALAM-SE...

A ocupação, povoamento e exploração económica dos territórios está intrinsecamente ligada à presença e apropriação senhorial da terra e dos poderes. No período medieval podemos mapear essa presença, através de doações régias ou particulares a entidades religiosas.

A Mitra Episcopal foi uma das primeiras senhorias de Ílhavo, mais especificamente de um couto na Ermida – senhorio, este que se prolongará no tempo e que até ao liberalismo funcionará de forma independente de Ílhavo, apesar de na esfera religiosa pertencer à paróquia de S. Salvador<sup>2</sup>.

Também temos notícia que o Mosteiro da Vacariça (Mealhada) possuía na região de Ílhavo terras, pois em 1047, Recemundo Maurel doa ao mosteiro da Vacariça tudo o que possuía em “*in vila Alaveiro*” e “*in villa Iliavo*” (relembremos que nesta data Coimbra ainda estava sob domínio Muçulmano). O que doa? Um elevado número de vilas compostas por casas, quintais, pomares, vinhas, terras arroteadas e por romper, pastos e pastagens, moinhos, etc. (Gomes, 2017, pp. 447-448)<sup>3</sup>.

Nos séculos XII e XIII encontramos em doações régias ou particulares feitas ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra várias referências a Ílhavo e a localidades que posteriormente integrariam o termo da vila (ex. Verdemilho – *Vila de Milho* – ou Alqueidão). Através das *Inquirições de 1120* ficamos a saber que o Mosteiro possuía 7 casais em Ílhavo e 6 em *Vila de Milho*<sup>4</sup>.

<sup>2</sup> A Ermida era um concelho independente de Ílhavo, sendo seus donatários os Bispos Condes de Coimbra que tinham sobre a localidade e seu termo toda a jurisdição cível e crime. A vila da Ermida, com uma população de 334 habitantes, em 1758, tinha uma Câmara Municipal própria com um juiz ordinário, dois vereadores e um procurador de concelho eleitos pelos moradores do lugar. Tinha também um juiz dos órfãos com seu escrivão (que era simultaneamente escrivão da Câmara) e um tabelião de notas. Todos estes oficiais eram confirmados pelo Bispo de Coimbra, através do seu Ouvidor.

<sup>3</sup> Doc. 1

<sup>4</sup> No século XVI, estes bens passam para o Mosteiro de Grijó, por troca de propriedades.

Os Templários possuíam, também em 1120, um casal em Ílhavo.

Para além dos senhores, a Coroa também marca presença no território ilhavense:

- D. Dinis adquire património em Aveiro, Ílhavo, *Vila do Milho* e Sá, património esse que, em 1354, integrará o dote de D. Maria (filha de D. Pedro I) aquando do seu casamento com D. Fernando de Aragão. Com a morte de D. Maria estes bens vão voltar à Coroa Portuguesa. Já em 1377, este património passa a integrar o património de D. Beatriz, filha de D. Fernando (Gomes, 2017, p. 155);
- Com os acontecimentos de 1383–1385, os bens passam para D. João I que provavelmente os doa, pois, em 1387, Ílhavo já pertence a senhores laicos (Gomes, 2017, p. 156);

- Em 1387, é senhor de Ílhavo o Doutor Martim do Sem (a par com as terras de Avelãs de Cima e Carvalhais) – estruturava-se assim um senhorio laico, com limites territoriais e uma identidade bem definida (Gomes, 2017, p. 156);
- Com a morte do Doutor Martim, o referido senhorio passou, doação de D. Duarte, para o Infante D. Pedro (1437) e com a morte deste na batalha da Alfarrobeira para o Rei D. Afonso V que o entrega a Rui Borges (Gomes, 2017, p. 156); A casa do Borges será senhora de Ílhavo (de Avelãs de Cima e Carvalhais) até aos finais do século XVI, quando por casamento transitará para um novo senhorio – os Almadadas (Ribeiro, 2017, p. 174).

Os Almadadas, como os seus antecessores, mantêm uma relação distante com o seu senhorio. Não visitam as localidades que o constituem fazendo-se representar pelos seus procuradores e ouvidores no momento de recolher prestações senhoriais ou de confirmar os oficiais da Câmara (juizes, vereadores, procuradores do concelho, entre outros) ou exercer a justiça em segunda instância. Fora da esfera institucional não encontramos traços de ligação dos Almadadas à população – a família Almada não apadrinha os filhos das elites, não visita a localidade e não mantém nenhuma residência na vila (ao contrário do que acontecia em Carvalhais, onde tinham um paço que já albergara a linhagem dos Borges, sua antecessora na posse do senhorio) (Lopes, 2017, pp. 103–104).

A presença do donatário fazia-se sentir, sobretudo, no momento de pagamento dos direitos reais que lhe eram devidos – géneros e dinheiro que deveriam ser entregues no seu celeiro localizado em Verdemilho.

O donatário detinha, ainda, o padroado das igrejas do senhorio. O direito de padroado garantia o direito de apresentação, a faculdade de indicar alguém para colação ou provimento num benefício vago, ou seja, a possibilidade de indicar o nome de eclesiástico para ocupar uma paróquia vaga. Ao padroeiro eram também reservadas algumas honras como ocupar no templo e em procissões um lugar privilegiado ou poder colocar as suas armas ou brasão nas igrejas de seu padroado. O padroado dos Almadadas sobre as paróquias do seu senhorio manteve-se até 1732, passando, nessa data, novamente para a Coroa<sup>5</sup>.

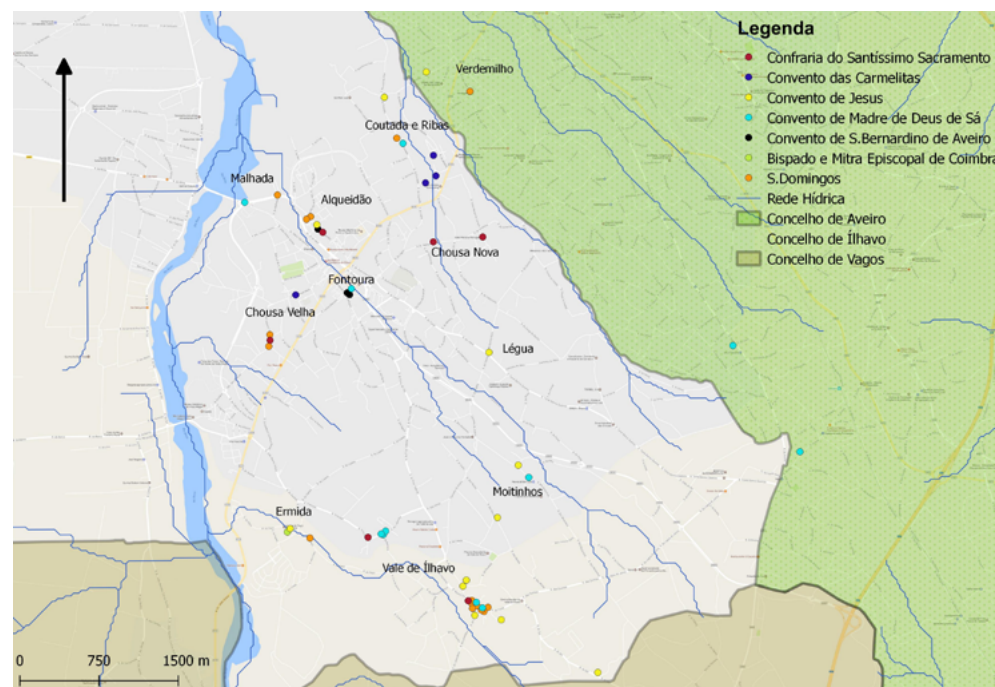
<sup>5</sup> Nas *Memórias de 1758* é referido que na última confirmação da doação, feita por D. João V a D. Bernardo de Almada Lobo, em 1732, o direito de padroado fora retirado, ficando exclusivamente na Coroa.

Apesar de os Almadadas serem senhores de Ílhavo do século XVI até ao século XIX<sup>6</sup>, encontramos outras presenças senhoriais no território ilhavense – trata-se essencialmente de domínio sobre a terra, resultante de doações a mosteiros e conventos, sobretudo de Aveiro: A partir dos tombos, contratos de aforamentos e emprazamentos das entidades senhoriais com habitantes locais com vista à exploração da terra, podem mapear-se, em Ílhavo, propriedades pertencentes:

- Ao Mosteiro da Serra do Pilar (dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho), de Vila Nova de Gaia;
- À comenda de Ansemil da Ordem de Malta (S. Pedro do Sul);
- Ao Mosteiro da Serra do Pilar, no concelho de Ílhavo, situava-se em Verdemilho;
- Ao Mosteiro de S. João Evangelista (Carmelitas Descalças) de Aveiro;
- Ao Mosteiro de Jesus de Aveiro;
- Ao Convento da Madre de Deus de Sá de Aveiro;
- Ao Mosteiro de Nossa Senhora da Misericórdia (S. Domingos).

Que tipo propriedades detinham estes senhores?

De uma amostra de 54 contratos agrários, destacamos 25 contratos que referiam a posse de terras de sementeira (situadas maioritariamente em Alqueidão, na Ermida, na Chousa Velha e em Vale de Ílhavo) e 14 contratos que referenciavam azenhas, situadas essencialmente em Vale de Ílhavo de Cima e de Baixo. Os restantes contratos (15) eram referentes a casas, casais, quintas e marinhas.



**Mapa 1** – As instituições religiosas que detinham propriedades no concelho de Ílhavo (séculos XVII-XVIII)  
Fonte: Elaboração própria, a partir de documento do Arquivo da Universidade de Coimbra

<sup>6</sup> O último senhor de Ílhavo será D. José Maria de Almada Castro Noronha da Silveira Lobo (1779-1854), Fidalgo da casa Real, Provedor da Casa da Índia, Comendador de São Miguel de Rio de Moinhos na Ordem de Cristo, Vedor da Princesa viúva D. Maria Francisca Benedita de Bragança e 1º Conde de Carvalhais (1826).

### 3. AS GENTES TAMBÉM RECLAMAM O TERRITÓRIO: O CONCELHO E A SUA EVOLUÇÃO

Entre os séculos XII a XIV, Ílhavo evoluiu para um burgo e sede concelhia:

- Nas inquirições de 1282 aparece como Freguesia e Julgado<sup>7</sup> (de Ílhavo, Vagos e *Vila de Milho*);
- No século XIV, a referência a Vagos desaparece e, no século XV, são explícitas as referências ao Julgado de Ílhavo e *Vila de Milho* (Gomes, 2017, pp. 148–149);
- Para os séculos XV a XVI há referências ao Julgado de Ílhavo e *Vila de Milho*, Alqueidão e Sá – a configuração do concelho moderno começa a estruturar-se (Gomes, 2017, p. 150);

<sup>7</sup> No século XIII “julgado” seria uma forma comum de designar uma circunscrição territorial que poderia vir a tornar-se um concelho; nos séculos seguintes foi, muitas vezes, unidade administrativa que os monarcas concediam a um concelho ampliando-o, desta forma. Alexandre Herculano classifica o julgado como um concelho de tipo imperfeito, a meio caminho no processo que o transforma de unidade administrativa classificada como “rudimentar” em “perfeita”, sendo, uma circunscrição sem carta de foral ou instituições municipais, sob a autoridade de um juiz.

### 4. CARATERÍSTICAS TINHA O TERRITÓRIO CONCELHIO

Ílhavo era um concelho constituído por dois juízes ordinários, três vereadores, um procurador do concelho, dois almotacés e um escrivão da Câmara, que era simultaneamente escrivão da almotaçaria. Geograficamente encontramos um termo alargado, constituído por lugares bem definidos, cujas atividades económicas dominantes eram a atividade agrícola (produção de trigo, milho, pomares de fruta, hortícolas, vinhas), atividade esta que era complementada pela produção de sal (bem explícita nas *Ordenações de 1296* e no *Regimento dos Homens do Mar de 1405* ou nas *Cortes de Lisboa de 1459* nas quais os procuradores de Aveiro, falando em nome dos muitos concelhos da região defendem direitos e estatutos adquiridos desde

o tempo de D. Afonso), e pela crescente atividade piscatória e comercial que o *Foral de 1514* detalha e que consolidará nos séculos posteriores.

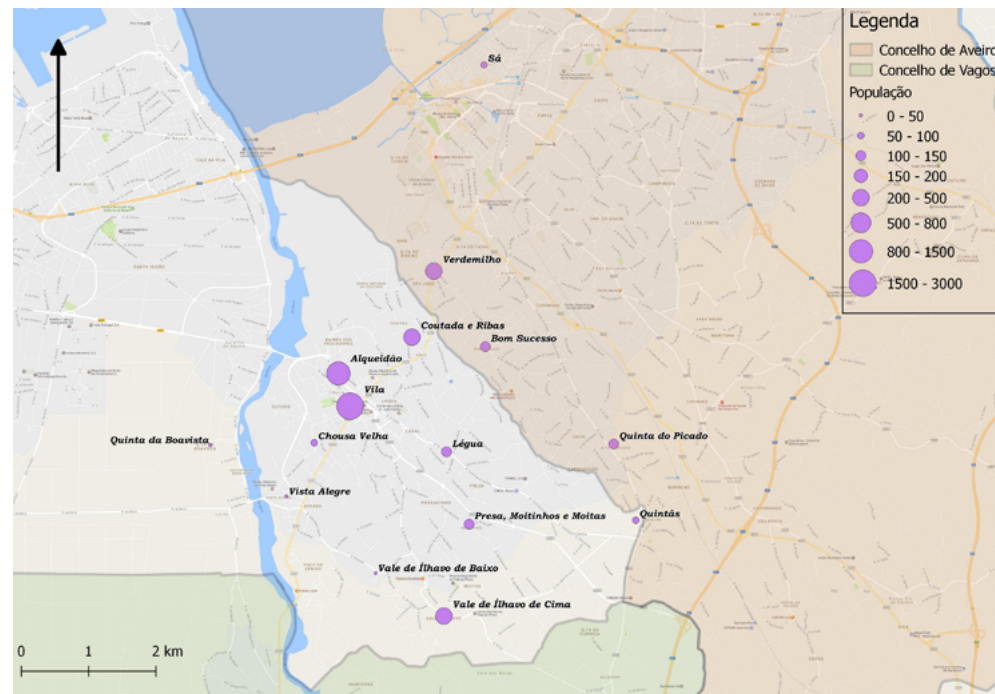
Este concelho tinha cerca de 500 habitantes nas primeiras décadas do século XVI (1527–32), detetando-se um crescimento continuado da população nos séculos seguintes: 5000 habitantes no século XVIII para 8125 habitantes (contando agora com as Gafanhas e Costa Nova) na segunda metade do século XIX. Em 1920, o concelho contava já com 14.395 habitantes (Gomes, 2017, p. 190).



O concelho abrangia um conjunto alargado de lugares que constituíam o seu termo, ou seja, as localidades que estavam sob a tutela do concelho (mapa 2).

A **vila** constituía-se como o principal aglomerado populacional. Em 1758, as *Memórias Paroquiais* (Capela e Matos, 2011, pp. 279–294) apontam para 2947 habitantes que se dividiam por ruas como Cimo de Vila, a Rua Direita, a Fontoura, o Pedaco, o Rio da Vila, a Praça, o Adro, a Rua Nova, Espinheiro ou o Curtido de Espinheiro.

Para além da Vila, o termo abrangia outros lugares: **Alqueidão** – lugar situado a norte da vila, registava, em 1758, 814 habitantes. Segundo a mesma fonte, Alqueidão começava no lugar do Casal e acabava na Malhada, comunicando com a vila através de três ruas – a da Barroca que se dirigia à Fontoura; uma outra rua ia ter à igreja Matriz e outra que desembocava atrás das Casas da Câmara – as duas primeiras ruas implicavam a travessia do rio da vila, elemento incontornável da paisagem urbana de Ílhavo. Era em Alqueidão que se situavam as casas mais nobres do concelho, nomeadamente o solar dos Maias e o Solar de Nossa Senhora das Neves com a sua capela de Nossa Senhora das Neves; este solar mandado construir, em finais do século XVII, por Domingos André Ribeiro era, no século XVIII, a residência do Capitão-mor de Ílhavo, João de Sousa Ribeiro da Silveira.



**Mapa 2** – O termo de Ílhavo no século XVIII (aglomerados populacionais em número de habitantes)  
Fonte: Elaboração própria, a partir da *Memória Paroquial de 1758*

**Coutada e Ribas da Picheleira** – lugares onde pontuavam os lavradores, contabilizavam cerca de 214 habitantes.

**A Lésua**, lugar com 127 habitantes.

**A Presa, Moitinhos e Moitas** que tinham 117 habitantes.

**O Vale de Ílhavo de Cima e de Baixo** com um total de 264 habitantes. Lugares de importante produção agrícola de cereais (trigo e milho) e pomares onde pontuavam os cursos de água que moviam as inúmeras azenhas (mais de quatro dezenas) aí instaladas.

**A Chousa Velha** com 85 habitantes.



**A quinta da Vista Alegre** – próxima do lugar da Chousa Velha. Em 1758, habitavam familiares do fundador – Dona Teodora de Castro Moura Manuel e Dona Josefa de Castro Moura Manuel, esta última casada com o capitão Manuel Alvares Brandão. Até 1733, o proprietário da quinta havia sido o Dr. Manuel Furtado Botelho que, por via do seu testamento, legara a quinta a D. Teodora (Gomes, 1924).

**A quinta da Boavista** – ficava situada em frente a Vagos e marcava o limite mais a sul do concelho de Ílhavo, confinando com o lugar de Sosa, que pertencia aos marqueses de Arronches. Tinha, em 1758, 36 habitantes.

Pertenciam ainda ao concelho de Ílhavo os lugares das Quintãs (com 51 habitantes), a Quinta do Picado (41 habitantes), Verdemilho (288 habitantes), o Bom Sucesso (112 habitantes) e o lugar de Sá, em Aveiro (com 88 habitantes).

O lugar de Verdemilho, ou *Vila de Milho* era uma povoação relevante, tendo 288 habitantes. Aí podíamos encontrar o celeiro dos donatários e várias quintas com suas residências nobres. Esteve, desde cedo, ligado a Ílhavo, pois nos documentos referentes a doações ou confirmações da posse do senhorio, as duas localidades aparecem referenciadas em conjunto, assim como o lugar de Sá:

*[...] E fazemos livre e irrevogavel doaçam antre vivos valedoira deste dia pera todo sempre aso dictto iffante dom Pedro meu irmão [...] os coutos d' Avelaãs de Cima e Ferreiros e ho reguego de Quintela e os lugares de Ilhano (sic) e de Villa de Milho e os casaaes de Saa...<sup>8</sup>*

<sup>8</sup> Doação que D. Duarte fez ao Infante D. Pedro, em 1437. MADAHIL, António Gomes Rocha - *Milenário de Aveiro. Colectânea de documentos Históricos*. Vol. I, p. 183 - 184. Ver também Documento 33 publicado em *Ílhavo, Terra Milenar*, pp. 481-485.

O lugar de Sá, ao integrar o termo de Ílhavo, tornou-se um pequeno enclave do concelho na vila e mais tarde cidade de Aveiro. Nesta povoação de pescadores e mareantes, destacamos a presença do Convento da Madre de Deus, um dos mais importantes proprietários (sobretudo de azenhas) no termo de Ílhavo e a Confraria dos pescadores e mareantes de Santa Maria de Sá de Aveiro, poderosa corporação com finalidades religiosas e assistenciais (Neves, 1973, pp. 241-271).

Dada a distância da sede de concelho, o lugar tinha um juiz pedâneo, eleito anualmente, que atuava como elemento de ligação entre a Câmara de Ílhavo e as gentes locais.

As Gafanhas só integrarão o concelho (e paróquia) nos anos 50 do século XIX e a Ermida era um concelho independente, com Câmara e oficiais próprios.

As Gafanhas pertenciam ao senhorio de Vagos que estava na posse da Casa de Aveiras/Vagos. Em meados do século XVII, as terras da Gafanha ainda não conheciam uma colonização ou exploração sistemática – temos notícia, através da documentação emanada pelo ouvidor da Casa de Aveiras/Vagos, que uma parte significativa do território era utilizado para pastagem de gado, sobretudo, bovino – por exemplo, em 1619, Geraldo Afonso, de Alqueidão e Aleixo Nunes, morador em Vale de Ílhavo traziam cabeças de gado a apascentar nas Gafanhas<sup>9</sup>.

Nos finais do século XVII temos notícia de aforamentos de leiras de terra numa orla próxima da Ria (Mó-do-Meio, Preguiceiro, Marinhão e Camarrão). Entre os maiores foreiros podíamos encontrar o Capitão-mor de Aveiro (Luís Gama Ribeiro Rangel de Quadros e Maia), possuidor de uma quinta na Chave, o padre Francisco de Almeida Carvalho, o Capitão António Negrão (foreiros iniciais da Mó-do-Meio) ou João Ferreira da Cruz e os seus descendentes (Francisco e Fernando Camelo) que acabarão por dominar a maior parte das propriedades na Gafanha, tornando-se responsáveis pelo desenvolvimento e colonização de importantes extensões de território.

A exploração intensificou-se significativamente no século XVIII, passando a terra em território gafanhense a ser contratualizada através de emprazamentos ou aforamentos de forma mais sistemática. A exploração agrícola avançou com o estabelecimento de casais e quintas, numa paisagem natural e humana em acelerada alteração – de maninhos, pastagens e incultos em campo aberto para quintas fechadas por sebes de arbustos e pinheiros (fundamentais na contenção do avanço das areias sobre as culturas); de áreas desertas de gentes para o estabelecimento de pequenas comunidades – em 1758, *A Memória Paroquial de Vagos* aponta para as Gafanhas uma população total de 40 pessoas (Rezende, 1944, pp. 20–22).

<sup>9</sup> ANTT, *Casa de Aveiras/Vagos*, maço 1, n.º 2.

## 5. O CONCELHO NO SÉCULO XIX

O século XIX é responsável pela reconfiguração do território concelhio fruto das sucessivas reformas introduzidas pelo período liberal, nomeadamente pelas Reformas de 1835/1836 que pretenderam introduzir alguma racionalidade e uniformização na malha concelhia, extinguindo muitos dos antigos concelhos (dos 816 concelhos existentes no país foram extintos 465, restando 351).

Neste contexto reformista o território concelhio ilhavense sofre alterações:

- Dá-se a extinção do Concelho da Ermida e inclusão do seu território no Concelho de Ílhavo (1835);
- Perda dos lugares de Sá e Verdemilho para o Concelho de Aveiro (1836).

As Reformas de 1853/1855 trarão a inclusão das Gafanhas, Barra e Costa Nova no Concelho de Ílhavo (Decreto de 31 de dezembro de 1853) e a definição das fronteiras entre os concelhos de Ílhavo e de Vagos que se estabelecia numa linha “tirada da foz da Ribeira do Cardaes na direcção do nascente para o poente até ao mar; ficando para Ílhavo o terreno a norte d’esta linha até à barra, e para Vagos o terreno sul” (Decreto de 24 de outubro de 1855) (Silva, 2017, p. 201).

A Reforma de 1867 terá um forte impacto no território, pois extingue o Concelho de Ílhavo, prevendo a inclusão do seu território no Concelho de Aveiro. No entanto, esta medida foi anulada pelo Decreto de 13 de janeiro de 1868. Na prática, o concelho e Câmara de Ílhavo foram “suspensos” durante cerca de 1 mês (14/12/1867 a 18/01/1868).

Apesar deste retrocesso político, a Reforma de 1895 acabará por efetivar a extinção do Concelho de Ílhavo e inclusão do seu território no Concelho de Aveiro (Decreto de 21 de novembro de 1895). Na base desta extinção continua a estar uma ideia de harmonização entre as divisões administrativas e judiciais e a necessidade de reduzir o número de circunscrições concelhias. Os concelhos passam a ser classificados por ordens:

- 1ª ordem: concelhos urbanos (capitais de distrito e equiparados pela população, indústria ou comércio).
- 2ª ordem: concelhos rurais (sedes de comarcas, concelhos com autonomia de recursos ou situações de dificuldade de comunicação com a sede de comarca).
- 3ª ordem: concelhos rurais com menos recursos ou poucos quadros elegíveis para cargos de administração.

Através do referido Decreto de 21 de novembro de 1895, o Governo podia extinguir concelhos que não reunissem condições de recursos e autonomia municipais (art.º 467) e Ílhavo é incluído nessa categoria, classificado como concelho de 3ª ordem, perdendo, assim, a sua autonomia.

Entre 1896 e 1898 organizam-se várias representações para estarem presentes nas sessões da Câmara dos Deputados num movimento de permanente contestação, muitas vezes encabeçada por personalidades da região como Pinto Bastos, Magalhães Lima ou Dias Ferreira (Silva, 2017, p. 200).

Um novo processo de revisão da divisão administrativa aberto pelo Decreto de 14 de fevereiro de 1897 acabou por prever a abertura de prazos para entrega de reclamações dos povos lesados pela reforma de 1895/96 e o Decreto de 14 de maio de 1897 contemplou a nomeação de uma comissão de especialistas para analisar as reclamações e dar parecer sobre a revisão da divisão administrativa. Finalmente, e como resultado destas medidas, o Decreto de 13 de janeiro de 1898 restauraria alguns concelhos, incluindo o Concelho de Ílhavo (Silva, 2017, p. 200).

Durante este período, e apesar das vicissitudes políticas o território ilhavense conhecerá importantes desenvolvimentos, sobretudo ao nível das infraestruturas, acessibilidades e tecido económico (Silva, 2017, pp. 194-197):

- Grande incremento da pesca com abertura da Barra em 1808 – em 1821 já se contavam 51 barcas e 430 pescadores na Costa Nova;
- A criação da fábrica da Vista Alegre em 1824;
- A criação dos estaleiros Bolais Mónica em finais do século XIX (com transferência para a Gafanha em 1889);
- Abertura e alargamento de estradas, nomeadamente o eixo fundamental, estrada n.º 72 (na numeração de 1889) entre Aveiro e Figueira da Foz;
- Construção da estrada para as Gafanhas e Costa Nova (que só terminará em 1899);
- Construção da ponte do Juncal Ancho;
- Construção da estrada Aveiro–Barra e ponte das portas da água no forte da Gafanha (1863) e ponte do Paredão (1884);
- Construção da estrada entre a Gafanha de Aquém e a Cale da Vila.

## O concelho no século XX – a autonomização das Gafanhas

Em termos de organização territorial o século XX trará mudanças relevantes na organização do concelho, sobretudo através da autonomização crescente dos territórios da Gafanha. O crescimento populacional e, sobretudo o desenvolvimento económico originam a diferenciação das diversas Gafanhas e a sua assunção de uma identidade própria e diferenciada no contexto concelhio, mas também na organização do espaço religioso com a criação de novas paróquias<sup>10</sup>.

O primeiro desses espaços a conhecer este processo de diferenciação foi a Gafanha da Nazaré que se torna freguesia religiosa independente em 31 de agosto de 1910. Em termos administrativos e civis a autonomização acontece definitivamente em 2 de janeiro de 1914 quando é instalada a primeira Junta de Paróquia (Martins, 2017, p. 218).

## A Gafanha da Nazaré foi elevada a vila em 29 de outubro de 1969 (Dec. 49332, Diário do Governo n.º 254) e finalmente a cidade em 19 de abril de 2001 (Lei n.º 32/2001).

Em novembro de 1926 (Decreto n.º 12612), a Gafanha da Encarnação, Gafanha do Carmo (anexada em 1934) e a Costa Nova do Prado que passam a formar uma nova freguesia com sede no lugar da Gafanha da Encarnação. Em 3 de maio de 1928 tornar-se-á paróquia (Martins, 2017, p. 230) e a elevação a vila acontecerá já no século XXI, em 9 de dezembro de 2004, com consagração legislativa em 7 de janeiro de 2005 (Lei n.º 18/2005).

Em 17 de setembro de 1960, a Gafanha do Carmo autonomiza-se da Gafanha de Encarnação, tendo sido constituída como freguesia através do decreto-lei n.º 165 (publicado no Diário do Governo n.º 217/1.ª série). A sua autonomização como paróquia havia acontecido alguns anos antes em 6 de novembro de 1957, quando é desmembrada da paróquia da Gafanha da Encarnação (Martins, 2017, p. 234).

Desenhava-se, assim um concelho composto por múltiplos polos, pautados pela paridade em desenvolvimento e ocupação populacional. O termo moderno composto por pequenos lugares deu lugar a um território policentrado de vilas e cidades.

<sup>10</sup> Na Época Moderna, e até meados do século XIX, a paróquia de S. Salvador de Ílhavo seguia, *grosso modo*, os limites do concelho, não abrangendo, contudo, os lugares de Verdemilho e Bom Sucesso, que pertenciam à paróquia de S. Pedro de Aradas, e o lugar de Sá que se encontrava integrado na paróquia de Santo André de Esgueira. O lugar das Quintãs que também pertencia ao concelho estava dividido entre a paróquia de S. Salvador de Ílhavo e a paróquia de Santo Isidoro de Eixo. As Gafanhas passaram a integrar a Paróquia de S. Salvador de Ílhavo em 1835 (os registos paroquiais das Gafanhas, contudo, só passarão a ser realizados pela freguesia de S. Salvador de Ílhavo em 1856) e, só no século XX, se tornariam paróquias independentes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAPELA, José V., (coord.), MATOS, Henrique, et al. – *As freguesias dos distritos de Aveiro e Coimbra nas memórias paroquiais de 1758: memórias, história e património*. Braga: [s.n.], 2011.

GOMES, Saul António – Ílhavo: entre os tempos medievais e o século XVI. In *Ílhavo, Terra Milenar*. Ílhavo, CMI, 2017, pp. 207–237.

LOPES, Luís Seabra – Os Borges de Carvalhais, Senhores de Ferreiros, Avelãs de Cima e Ílhavo. *Revista de História da Sociedade e Cultura*, n.º 17 (2017), pp. 103–128.

MADAHIL, António Gomes da Rocha (organização e revisão) – *Milenário de Aveiro: colectânea de documentos históricos*. 2 volumes. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro, 1959.

MARTINS, Fernando – As novas freguesias. In Gomes, Saul António (coord.) – *Ílhavo, Terra Milenar*. Ílhavo, CMI, 2017, pp. 207–237.

NEVES, Francisco Ferreira – A Confraria dos Pescadores e Mareantes de Aveiro (1200–1285). *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Vol. 39 (1973), p. 241–271.

REZENDE, João Vieira (Pe.) – *Monografia da Gafanha*. Coimbra: Instituto de Alta Cultura, 1944 (2ª edição).

RIBEIRO, Ana Isabel – Ílhavo na Época Moderna. In Gomes, Saul António (coord.) – *Ílhavo, Terra Milenar*. Ílhavo, CMI, 2017, pp. 167–188.

SILVA, Pedro – Ílhavo entre as Invasões Francesas e a Grande Guerra. In Gomes, Saul António (coord.) – *Ílhavo, Terra Milenar*. Ílhavo, CMI, 2017, pp. 189–206.



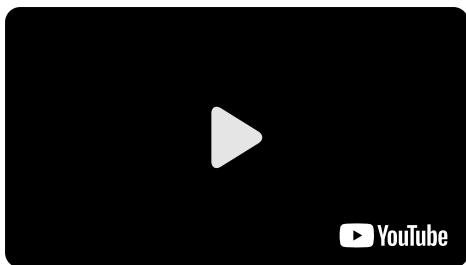
**MANUEL FERREIRA RODRIGUES**

Universidade de Aveiro



**HODÓNIMOS OU  
MICROTOPÓNIMOS DO  
CONCELHO DE ÍLHAVO:  
MARCAS DE IDENTIDADE  
ESPACIAL E CULTURAL**

27



**MANUEL FERREIRA RODRIGUES**  
Universidade de Aveiro

Topónimo, do grego τόπος (topos), «lugar», «território», mais ὄνομα (onoma), «nome», significa «nome de lugar». A toponímia é, nessa medida, uma divisão da onomástica que estuda os nomes próprios dos lugares, a sua etimologia, evolução fonética e semântica, levando igualmente em consideração «os aspectos geo-históricos, socioeconómicos e antropoculturais» (Dick, 1990: 173). A toponímia é «uma das manifestações mais claras da antropização de um espaço geográfico, um dos traços mais evidentes que uma comunidade humana imprime no território onde se instala.

*“Fisicamente, habitamos um espaço, mas, sentimentalmente, somos habitados por uma memória. Memória que é a de um espaço e de um tempo, memória no interior da qual vivemos, como uma ilha entre dois mares: um que dizemos passado, outro que dizemos futuro”*  
José Saramago, 2011

*“Poucas coisas como a toponímia são tão representativas da maneira como as sociedades se recordam e se celebram”*  
João Pedro George, 2018

Nela se pode traçar a história, a cultura, as crenças, os empregos e os próprios limites da vida das pessoas; e, claro, a sua língua» (Álvarez-Balbuena García, 2012: 201). É, em suma, «uma forma de materializar e enraizar a memória histórica de um país» (Moniz, 2023). Segundo o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, a palavra toponímia terá entrado no léxico português, em 1874. A toponímia científica entrou em Portugal em 1887, pela mão de Leite de Vasconcelos (1858–1941).



Por seu lado, a toponímia compreende uma subdivisão – a microtoponímia ou hodonímia. Para Manuel Carvalho (1999), a toponímia seria uma «toponímia maior», ou macrotoponímia, «que incluiria os nomes das localidades e regiões», enquanto a microtoponímia, ou «toponímia menor», aplicar-se-ia «aos nomes de sítios, fossem eles campos, herdades, arruamentos, fontes, vales, montes, ribeiros, etc.». Fazendo uso mais da palavra hodonímia do que da microtoponímia, Rubens Cesar Baretta (2010: 20–21) precisa o seu objeto: «a hodonímia, ou microtoponímia, analisa e classifica os nomes das ruas, praças, largos, etc.». Temos, pois, que a hodonímia é «um microcosmo da toponímia» (Sartori, 2010: 32).

A palavra hodónimo tem origem no grego antigo ὁδός (hodós), «caminho» ou «estrada», mais ὄνομα (onoma), «nome». É um vocábulo de uso recente que mais ultimamente vem substituindo o sinónimo *microtopónimo*.

O seu uso será resultado do crescente número de estudos científicos multidisciplinares sobre os nomes das artérias urbanas, a que alguns chamam simplesmente «toponímia urbana» ou até «toponímia das ruas». A edição portuguesa do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, de 2003, define *hodónimo* como «nome designativo de logradouro, rua, estrada, praça, largo e afins». O *Dicionário da Língua Portuguesa*, da Porto Editora, que só em 2021 dicionarizou as palavras *hodonímia* e *hodónimo* (Guégués, 2021), define-a como «1. conjunto de hodónimos (nomes que designam um caminho, rua, estrada, etc.); 2. estudo onomástico de hodónimos». Também o *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* registou *hodonímia*, definindo-a como o «estudo sobre os nomes de ruas, estradas, praças ou outros espaços ou vias semelhantes».

Tanto os topónimos como os hodónimos «são nomes com *uma temporalidade própria*, constituindo frequentemente autênticos repositórios de vestígios linguísticos deixados por antigas dinâmicas sociais» (Ciberdúvidas, 2016). A temporalidade, a par da transparência ou da opacidade, é na verdade um dos elementos que distinguem os topónimos dos hodónimos, pois os primeiros inscrevem-se na longa duração, enquanto os segundos, podendo evocar acontecimentos, efemérides, instituições e personalidades de um tempo histórico distante, são criação recente. E, nessa medida, interessa-nos saber por que razão foram escolhidos esses hodónimos e não outros nos tempos da sua escolha.

Nos espaços rurais, os hodónimos são diferentes dos dos espaços urbanos. Aqueles mantêm topónimos antigos de séculos e diversos hodónimos religiosos e outros relacionados com a orografia, a fauna, a flora e a hidrografia, fenómenos naturais e acontecimentos marcantes; os espaços citadinos remetem mais frequentemente para a história política nacional e local. Contudo, nos centros urbanos mais antigos, coexistem hodónimos com origem remota e com outros mais recentes.

Os topónimos são testemunhos dos diferentes tempos históricos que lhes deram origem e dos que sucessivamente lhes foram adulterando a grafia e os significados. Por seu lado, os hodónimos fazem dos centros urbanos verdadeiros livros abertos de muitas estórias, repositórios de referências tantas vezes mudas da memória coletiva. Ora, «para navegar no mar do passado remoto – diz Saramago (2011) – teremos de usar as memórias que o tempo acumulou, as memórias de um espaço continuamente transformado, tão fugidio como o próprio tempo».

No conjunto, topónimos e hodónimos dão-nos um retrato regional que, tantas vezes, não obedece a fronteiras políticas nacionais. Segundo Carlos Rocha (2005), «a toponímia do norte de Portugal reflete uma sociedade profundamente rural, muito ligada aos começos da Reconquista», mas, dada «a profunda afinidade desta zona com a Galiza», forma com esta «uma grande área toponímica de características bem marcadas na Península Ibérica».

Por sua vez, Patrícia Carvalhinhos (2005), num estudo com 1195 hierotopónimos, mostrou como a «superioridade numérica dos nomes religiosos ao norte de Portugal, em detrimento do sul, marcado por sete séculos de presença árabe», prova, «através de marcas reais no léxico toponímico, a realidade do norte cristão e do sul muçulmano, quando da formação da atual toponímia portuguesa».

Não é por acaso que o topónimo *Mesquita* surge (21 vezes) apenas no centro e sul (Rocha, 2018). Também nos Açores, segundo este autor, a religiosidade das populações do arquipélago é atestada pelo elevado número de topónimos com o nome de *Igreja* – 7% do total –, «bem mais do que a média de 2% para a globalidade dos topónimos» em Portugal.

Por essas e outras razões, a Toponímia constitui «um imenso complexo línguocultural, em que dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e não exclusivamente» (Dick, 1990: 16). Efetivamente, são muitas as áreas do saber que se interessam diversamente pela toponímia, da filologia à etimologia, da epigrafia à arqueologia, da antropologia à história, da paleografia à cartografia, da geografia à referência geográfica, mas a toponímia também interessa aos estudos sobre a educação e a cultura, entendida esta como um complexo de «formas de organização de um povo, seus costumes e tradições transmitidas de geração para geração que, a partir de uma vivência e tradição comum, se apresentam como a identidade desse povo» (Iturra, 2011). Vejamos alguns exemplos díspares de usos interdisciplinares, tanto da toponímia como da hodonímia.

Não estando dependente do documento escrito, a arqueologia tem olhado a toponímia de forma muito própria. Louis Frédéric (1980), para quem «alguns lugares falam por si próprios», considera que os estudos dos especialistas em onomástica toponímica (e de etimologia) «têm por vezes um valor indicativo importante para o arqueólogo». Deste modo, a toponímia é olhada como um precioso instrumento de prospeção arqueológica. Foi precisamente com esse

objetivo que eu e o saudoso Manuel Barreira (1994: 167–194) recolhemos um *corpus* de 2750 topónimos, das 12 freguesias do município aveirense, que nos deu indicações preciosas para a prospeção aérea do concelho, nomeadamente no Crasto de Verdemilho, na freguesia de Aradas, onde encontramos vestígios de ocupação humana proto-histórica.

Já a história das ideias e das ideologias olha a atribuição de nomes a ruas, avenidas, praças e largos dos aglomerados urbanos como um instrumento ideológico do Estado e dos grupos sociais dominantes. Mais agora, pois, nas últimas décadas, o consenso das últimas décadas foi quebrado, de modo que a toponímia tornou-se num campo de combate ideológico se não mesmo de guerra aberta.

Após as purgas estalinistas (1936–1938) e a violência demencial da II Guerra Mundial (1939–1945), nos anos 1950, foi defendido e teorizado o «fim das ideologias». Sintomaticamente, em 1960, Daniel Bell publicou *The End of Ideology: On the Exhaustion of Political Ideas in the Fifties*. Mais tarde, após a queda do Muro de Berlim (1989) e a derrocada da União Soviética, o conceito de «fim das ideologias» «regressou», com outros argumentos, essencialmente pela mão de três autores, como mostrou Daniel Strand (2016):

1. Francis Fukuyama, com o escatológico conceito de «fim da história» (1989, 1992);
2. Anthony Giddens, com a influente defesa política da «terceira via», nos seus ensaios *Beyond Left and Right* (1994), *The Third Way* (1998) e *The Third Way and its Critics* (2000);
3. Samuel P. Huntington, com o controverso «choque de civilizações», em *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order* (1993, 1996).

Nesses anos, Huntington entendia que, no futuro, «o mundo seria caracterizado por conflitos cada vez mais violentos entre aquilo a que chamava «civilizações»», prevendo «um renascimento generalizado das identidades culturais, étnicas e religiosas» e um acrescido antagonismo entre entidades civilizacionais como o «Ocidente», a «China» e o «Islão» (Strand, 2016: 228). Também Giddens, repetindo a formulação de Daniel Bell, afirmou que o período atual «revela claramente o esgotamento das ideologias políticas herdadas, como o socialismo, o liberalismo e o conservadorismo», razão por que a distinção esquerda/direita se tornou irrelevante (cf. Strand, 2016: 251).

Uma década mais tarde, em o *Regresso da história e o fim dos sonhos* (2008: 31), Robert Kagan procurou mostrar como «o mundo voltou à normalidade». Os «nacionalismos étnicos» e o «nacionalismo de grande potência», «longe de estarem enfraquecidos pela globalização, regressaram como uma desforra», num quadro caótico em que se assiste à ascensão política, económica e militar da Rússia, da China, da Índia e do Irão, à irrupção violenta do islamismo radical contra a

Modernidade – associada ao Ocidente judaico-cristão – e à emergência das «identidades assassinas» de que fala Amin Maalouf (1998). Esses fenómenos, já de si complexos e contraditórios, associados à crise política e económica das democracias liberais, permitiram a crescente e agressiva afirmação de movimentos de extrema-direita, alimentados pela cegueira das políticas redistributivas dos partidos tradicionais e pela sua incapacidade para encontrar soluções para as vagas de

migrantes e refugiados de guerra, a que se junta a grave «crise climática» atual. Foi assim que uma clivagem estremada de esquerda e direita «regressou», ainda que com bases teóricas imprecisas, enfraquecendo o centro político «sem ideologia».

Neste contexto, desde finais do século XX, vários autores têm realçado, não o «fim das ideologias», mas a ambiguidade e multiplicidade de significados desse conceito. A ideologia, escreveu José Amado Mendes (1999: 346), «distingue-se da ciência porque a função prático-social é nela mais importante do que a função teórica». Luís Reis Torgal (1998), definiu ideologia como «um sistema de representações – ideias, imagens, mitos, valores, práticas – que se procura impor, «convencendo», e assim alcançar um espaço hegemónico, se não mesmo totalizador». Por outras palavras, Fernando Rodrigues (2019) defende que «a ideologia mantém costumes, rituais, comportamentos-padrão que o Estado utiliza para manutenção do poder exercido pelos seus «aparelhos repressivos»: tribunais, polícias, forças armadas, prisões, e pelos «aparelhos ideológicos»: a escola, os partidos políticos, a igreja, a família, a comunicação social, entre outros».

A par dos referidos «aparelhos ideológicos do Estado», também os municípios, com o poder legal de que dispõem, fazem uso dos microtopónimos, para exaltar, manter, ignorar ou apagar memórias, promovendo desse modo a homenagem de figuras públicas e a memória de efemérides que lhes são ideologicamente convenientes, cimentando, desse modo, o seu poder e o dos grupos que representam.

Nos últimos anos, o espaço público tem sido palco de disputas toponímicas e outras. A promessa de Fernando Medina, em 2017, de criação de um «Museu das Descobertas», em Lisboa, dedicado à expansão ultramarina dos séculos XV e XVI, incluindo um núcleo dedicado à temática da escravidão, desencadeou a oposição de mais de uma centena de historiadores especializados na história do império português e de diversos cientistas sociais de universidades portuguesas e estrangeiras (cf. Margato,

2018). Esses académicos acusaram a expressão «Museu das Descobertas» de «cristalizar uma incorrecção histórica», por «reduzir a riqueza e complexidade dos factos históricos a um só ponto de vista – o português», «impondo-o a outros que dele não partilham». É que adotar essa expressão, «frequentemente utilizada durante o Estado Novo para celebrar o passado histórico», «convoca, por isso mesmo, um conjunto de sentidos que não são compatíveis com o Portugal democrático».

Nessa carta publicada no *Expresso*, em 2018, os investigadores acrescentam: «Atribuir o nome de «Descobertas» a um novo espaço museológico em Lisboa, ainda que nele se incluam múltiplas perspectivas, seria ignorar a riqueza dos debates e da investigação internacional e nacional que tem sido feita sobre o período histórico em questão e os vocabulários que lhe estão associados».

Pois bem, essa carta desencadeou uma forte reação dos mais conservadores setores de direita e dos de extrema direita, nomeadamente da associação nacionalista Nova Portugalidade, que não só defende a designação «Museu das Descobertas», como propõe mesmo que o futuro museu se denomine «Museu dos Descobrimientos, da Expansão e da Portugalidade» (cf. Malhado, 2018). Parece que a memória do salazarismo e do passado colonial se mantém vivaz, isto é, «que se renova à medida que é destruída» (Priberam), reavivando as lutas ideológicas entre esquerda e direita.

Num ensaio de 2018, João Pedro George protesta contra a incompreensível permanência da toponímia colonial das nossas cidades, contra os «nomes que ainda decoram as ruas, e que tresandam a bafio e a ranço, que tocam uma secreta vibração e repercutem filosofias e ideologias imbuídas de racismo (incluindo o racismo biológico, muito popular no final do século XIX e início do seguinte, que a coberto de teorias supostamente científicas sobre a desigualdade das «raças» apresentava os negros como inferiores e os brancos como superiores)». E dá exemplos de microtopónimos lisboetas coloniais, como *Paiva Couceiro*, *General Roçadas*, *Heróis das Campanhas de África 1865-1926*, *Mouzinho de Albuquerque*, *Artur de Paiva*, *João de Azevedo Coutinho*, *Aires de Ornelas* e *Eduardo Galhardo* – «tudo nomes contemporâneos do período de banalização do colonialismo (final do século XIX) no conjunto da Europa e, de

modo particular, em Portugal [...]». Todos eles militares e administradores coloniais responsáveis por algumas das páginas mais sombrias do nosso passado, as campanhas de exploração e ocupação de várias regiões de Angola e Moçambique, que conduziram à obtenção de vassalagem, punição e prisão de sobas, régulos e populações inteiras de negros, muitos deles assassinados, presos a ferros, ultrajados, sujeitos a trabalho forçado e à exploração brutal».

Nesse ensaio, João Pedro George pergunta: «Devemos encobrir esta catrefada de nomes, apagá-los da nossa História?». E responde: «De modo algum», pois «não se trata de votar esses nomes ao esquecimento, ocultá-los ou eliminá-los, mas sim de os deslocar para outros locais onde possam ser devidamente contextualizados (manuais escolares, livros e dicionários de História de Portugal, cursos universitários, pesquisas de doutoramento, ensaios académicos, museus, etc.),

e tratados com o esmero crítico que a investigação científica deve pôr no estudo do passado». É que, em seu entender, «ao cabo de duas ou três gerações após o 25 de Abril, numa época que corresponde a um novo estado de consciência social, chegou o momento de reconsiderar essa nossa toponímia, procedendo ao levantamento dessas ruas e praças, desembaraçando-nos de todos os nomes que, tendo contribuído activamente para a sustentação e reprodução do horror colonial, deixaram de ser motivo de celebração e comemoração».

Porém, não é apenas a toponímia colonial que nos envergonha. Meio século após o derrube da ditadura salazarista, um número surpreendentemente elevado de microtopónimos desse longo tempo permanece no espaço público, dando nomes a ruas, avenidas e praças. Especialmente em Lisboa. Segundo o *Jornal de Notícias* de 19 de julho de 2018, «as principais figuras do regime [do Estado Novo] mantêm-se presentes em ruas de pelo menos 78 concelhos, e 15 delas têm o nome de Salazar».

E a tendência parece ser para aumentar o número desses hodónimos. Recentemente, alguns municípios têm alterado (silenciosamente) os nomes de diversas artérias. Um exemplo muito próximo: a Rua da República, na freguesia de Santa Joana, Aveiro, aparece hoje identificada, nos dispositivos de GPS, como Rua da II República...

Segundo o já referido estudo de Rui Passos Rocha (2018), em Portugal «há 276 mil artérias com 82 mil nomes distintos». E acrescenta:

«Os nomes das artérias quase nunca se repetem: apenas 2% das designações estão presentes 20 ou mais vezes na toponímia nacional. Mas atenção: essas poucas designações preenchem quase 1/3 das artérias de todo o país. Só *Igreja* [...] ocupa 1611. Seguem-se *25 de Abril*, *Fonte*, *Santo António* e *Outeiro*, cada qual com mais de mil ocorrências.

O top 20 prossegue com referências de tipo espacial, os mais frequentes de todos – *Escola*, *Flores*, *Nova*, *Boavista*, *Monte* e *Principal* –, as efemérides *1.º de Maio* e *5 de Outubro*, a conquista da *Liberdade*, o inevitável *Luís de Camões*, os santos *Pedro*, *João* e *José*, e ainda um segundo local de veneração: *Capela*».

E no concelho de Ílhavo, o que acontece?

O excelente trabalho de recolha dos hodónimos ou microtopónimos realizado pelo Centro de Documentação da Câmara Municipal de Ílhavo fornece-nos excelente informação para um retrato espacial e cultural das quatro freguesias deste município: São Salvador, onde se situa a cidade de Ílhavo, sede concelhia, Gafanha da Nazaré, Gafanha da Encarnação e Gafanha do Carmo.

Os 16.675 habitantes recenseados em São Salvador, em 2021, distribuem-se por uma área de 39 km<sup>2</sup>; a sua densidade populacional é, portanto, de 427,6 hab/km<sup>2</sup>. Ainda que com uma área bem menor – apenas 16,44 km<sup>2</sup> –, a Gafanha da Nazaré possui uma população de 15.551 habitantes, a que corresponde uma densidade de 945,9 hab/km<sup>2</sup>, a maior do concelho. As outras duas freguesias apresentam valores diferentes: na Gafanha da Encarnação, habitam 5318 pessoas que se distribuem por 10,98 km<sup>2</sup> de área, a que corresponde a segunda maior densidade demográfica do concelho: 484,3 hab/km<sup>2</sup>; já a Gafanha do Carmo, numa área de 7 km<sup>2</sup>, tem 1691 habitantes, com uma população relativa de 239,9 hab/km<sup>2</sup>. Ílhavo é o município mais populoso da Região de Aveiro (Pordata, 2023).



O concelho de Ílhavo possui, segundo o levantamento hodonímico do Centro de Documentação da Câmara Municipal de Ílhavo, 957 artérias, algumas com o mesmo nome, que se distribuem da seguinte forma: S. Salvador: 458; Gafanha da Nazaré: 303; Gafanha da Encarnação: 128; Gafanha do Carmo: 68. O número de artérias dá uma ideia da dimensão espacial de cada freguesia e os nomes inscritos nas placas toponímicas diferenciam-nas. Sem surpresas, a «rua» é a artéria principal. As ruas situam-se maioritariamente em São Salvador (43%) e na Gafanha da Nazaré (33%), representando cerca de 76,5% do total do município. Testemunhando as especificidades da sua mais antiga malha urbana, a freguesia de São Salvador possui mais de uma centena de «becos» (103) e perto de meia centena de «travessas» (42), o que perfaz cerca de 32% do total das artérias existentes. Pelo número de

alamedas, praças, largos e pracetas, parques e jardins pode dizer-se que as duas freguesias, onde se situam as únicas cidades do município – Ílhavo e Gafanha da Nazaré –, são as mais urbanizadas.

No conjunto dos hodónimos do município ilhavense podemos destacar quatro núcleos principais.

**1.** Num concelho historicamente moldado pelo mar e pela ria, não espanta que haja um significativo número de microtopónimos diversamente associados às atividades marinhas, com destaque para a pesca do bacalhau, testemunhando desse modo a importância histórica dessas atividades na identidade local.

**2.** Outro importante núcleo é o dos nomes religiosos. Integra três grupos: o dos títulos de Nossa Senhora e dos nomes de muitos santos, o dos nomes de eclesiásticos e, por fim, um terceiro grupo formado por hodónimos locais de veneração, como *Capela e Igreja*. Surpreendente

é o menor número de microtopónimos religiosos na Gafanha do Carmo, não obstante ser menor o número de artérias nesta freguesia.

**3.** O terceiro núcleo, talvez o mais numeroso, é formado por nomes de pessoas, nomes de diversas personalidades locais e nacionais: reis, vice-reis, navegadores dos séculos XV–XVI, políticos da nossa democracia, mas também poetas, artistas, médicos, engenheiros e professores. Em todo o concelho existem 21 artérias – 12 das quais na freguesia de São Salvador – com nomes de professoras (7) e de professores (13), além do hodónimo *Escola* que dá o nome a 1 beco, 3 ruas e 1 largo.

**4.** O último núcleo, mais difícil de caracterizar, é constituído pelos nomes de ruas, becos e travessas, nomes certamente populares mas de difícil compreensão, como os becos da *Barroca*, da *Cininha*, da *Carvoeira*, dos *Enganos*, do *Inferno*, da *Saudade*, do *Camone*, do *Facão*, dos *Martírios*, dos *Falafinos*, do *Preguiça*, das *Pintas*, do *Relvado*, das *Vinagras*, etc. O mesmo se passa com muitas ruas que têm igualmente nomes surpreendentes, como a rua do *Termina*, a rua das *Jorjas* (variante feminina de Jorge?), *Urjal*, *Curtido*, *Buchos*, *Caniços*, e o *Caminho da Giganta*, etc.

Vejamos agora as grandes diferenças dos quatro núcleos de microtopónimos destas freguesias.

Só um paciente trabalho de pesquisa arquivística, complementado pelo inquérito beco a beco, rua a rua, poderá permitir-nos perceber as origens desses nomes, e como eles são hoje entendidos pelos seus moradores.

Diferentemente, na Gafanha do Carmo, muitas placas toponímicas indicam apenas um nome: *Rua da Cacilda*, da *Marquinhas*, do *Baptista*, do *Jeremias*, do *Nascimento*, dos *Cardosos*, dos *Diamantinos*, etc.

Tanto em São Salvador como na Gafanha da Nazaré há uma dúzia de ruas sem nome. Possuem apenas números de 1 a 12: *Rua 1*, *Rua 2*, *Rua 3*, etc. Em São Salvador há ruas com nomes de letras do alfabeto: *Rua A*, *Rua B*, *Rua C*, etc.

### Artérias com atribuição de nomes no concelho de Ílhavo

	Salvador	Nazaré	Encarnação	Carmo	SOMA
<b>Alamedas</b>	–	3	–	–	3
<b>Avenidas</b>	8	11	4	–	23
<b>Praças</b>	2	2	–	1	5
<b>Pracetas</b>	4	6	1	–	11
<b>Largos</b>	18	6	7	–	31
<b>Parques e jardins</b>	7	6	–	2	15
<b>Ruas</b>	245	203	91	54	593
<b>Vielas</b>	9	–	–	–	9
<b>Travessas</b>	42	38	16	3	99
<b>Calçadas</b>	1	–	1	–	2
<b>Becos</b>	103	25	3	4	135
<b>Caminhos</b>	4	–	2	2	8
<b>Estradas</b>	5	2	3	2	12
<b>Vias</b>	9	1	–	–	10
<b>Cais</b>	1	–	–	–	1
<b>Total</b>	457	303	128	68	957

## 1. Hodónimos relacionados com o mar e a pesca

São Salvador é a freguesia que tem mais ruas com nomes ligados às atividades marítimas. É a única que recorda e homenageia maior número (19) de personalidades ligadas à pesca: 1 barqueiro, 4 arrais, 10 capitães da pesca do bacalhau e 3 mestres construtores navais. Outros microtopónimos, como *Rua do Mar*, *do Lugre*, *dos Nautas*, *dos Pescadores*, *do Grande Banco* completam as referências ao mar e às pescas. No conjunto, avultam os nomes de capitães da pesca do bacalhau, como o Capitão João Cajeira ou o Capitão Francisco Marques, o que não acontece nas restantes freguesias.

A hodonímia relacionada com as atividades marinhas da Gafanha da Nazaré é algo diferente. Há uma *Avenida dos Bacalhoeiros* e quatro avenidas com nomes de históricos ligados à exploração ultramarina dos séculos XV–XVI: *D. Henrique*, *João Corte Real*, *Fernandes Lavrador* e *Fernão Magalhães*.

Curiosamente, Ílhavo não possui nenhuma avenida com nomes de gente do mar. Ainda na Gafanha da Nazaré há uma *Rua da Seca*, uma *Rua Novos Mares*, uma *Rua dos Safieiros*, e duas outras com nomes dos armadores da pesca do bacalhau: *Rua Comendador Egas Salgueiro* e *Rua João Maria Vilarinho*, e uma *Praça Comendador Carlos Roeder*, bem como outras associadas à grande pesca, como o *Largo de St. John's*, ou a *Rua dos Novos Mares*. As restantes referências ao mar nas ruas da freguesia são feitas com a evocação de figuras históricas da exploração marítima dos séculos XV–XVI, como veremos adiante. Nesta freguesia há ainda a *Travessa do Estaleiro*, o *Beco dos Carpinteiros*, o *Largo do Farol* e a *Rua da Fábrica das Redes*.

Na Gafanha da Encarnação e na Gafanha do Carmo, o número de referências deste primeiro núcleo é reduzido, embora sejam evidentes as marcas da pesca costeira e da pesca do bacalhau. Na primeira, existe a *Avenida do Mar*, a *Calçada Arrais Ançã*, a *Rua do Pescador* e a *Rua da Seca*; na segunda, há uma *Rua da Barca*, uma *Rua da Terra Nova*.

## 2. Hodónimos relacionados com a religião

Neste núcleo, podemos distinguir três grupos: o das invocações de *Nossa Senhora*, mãe de Jesus, e dos nomes de muitos santos, o dos nomes de eclesiásticos e, por fim, o dos nomes locais de veneração, como *Rua da Capela* ou *Rua da Igreja* – os mais repetidos –, *Rua do Santuário*, ou *Largo do Cruzeiro*. No primeiro grupo, São Salvador – a própria freguesia tem nome de santo – possui uma *Avenida Nossa Senhora do Pranto* e três ruas com nomes semelhantes: *Nossa Senhora do Alívio*, *Nossa Senhora da Penha de França* e *Nossa Senhora dos Campos*. Há apenas uma *Rua de Santo António*. Com nomes de eclesiásticos destacam-se as ruas de *D. Manuel Trindade Salgueiro*, de *D. António dos Santos* e de *D. Júlio Tavares Rebimbas*, além das ruas com nomes de quatro padres. Na Gafanha da Nazaré, a situação é diferente. É a freguesia com maior número de ruas com nomes de santos – 14 ao

todo, além de uma *Praceta de S. João*, de uma *Rua de Jesus de Nazaré* e de uma *Rua da Rainha Santa* e de cinco travessas (*Santa Catarina*, *Santo António*, *São Domingos*, *São João* e *São Pedro*). Os restantes microtopónimos recordam e homenageiam diversos eclesiásticos, como o *Papa João XXIII*, o *Padre Américo*, o *Padre José Kentnich*, o *Padre Manuel Bernardes*, o *Padre Manuel da Nóbrega* e o *Prior Guerra*. Na Gafanha da Encarnação, há uma *Avenida* e uma *Praceta Nossa Senhora da Saúde*, um *largo* e duas ruas *Nossa Senhora da Encarnação* e uma *Rua Nossa Senhora de Lurdes*. Na Gafanha do Carmo, há uma *Rua da Igreja*, uma *Praça Padre João Gonçalves* e uma *Rua Padre José Lourenço*.

## 3. Hodónimos relacionados com figuras locais e nacionais

A freguesia de São Salvador possui ruas com os nomes dos poetas *João de Deus* e *Luís de Camões*, bem como os de quatro artistas ilhavenses: o pintor *Cândido Teles*, o escultor *Euclides Vaz*, o poeta neoclássico *Filinto Elísio*, filho de um pescador e de uma peixeira de Ílhavo, e *João Carlos Celestino Gomes* que, com os apelidos *Celestino Gomes*, assinou poesia, prosa e ensaio, enquanto a pintura e a ilustração levou o seu nome, *João Carlos*. Há, também, uma *Rua António Sérgio* e uma *Rua Capitão Souza Pizarro*.

O número de artistas, poetas e romancistas é maior na Gafanha da Nazaré: *Almeida Garrett*, *António Nobre*, *Augusto Gil*, *Bocage*, *Camilo Castelo Branco*, *Cesário Verde*, *Júlio Dinis*, *Luís de Camões*, *Machado de Castro*, *Nuno Gonçalves*, *Raul Brandão* e *Trindade Coelho*. Na freguesia da Gafanha da Encarnação, há uma rua e um *largo Eça de Queiroz* e uma *Rua António Sardinha*.

O grupo das figuras públicas locais e nacionais é maior em São Salvador do que na Gafanha da Nazaré. Nesta freguesia, há uma *Avenida José Estêvão*. Nesta e na Gafanha da Encarnação há uma *Rua Joana Gramata*. Na freguesia de São Salvador, entre quase uma vintena de nomes de indivíduos nascidos ou ligados ao concelho de Ílhavo, o destaque vai para as avenidas *Rocha Madail* e *Mário Sacramento*, bem como para as ruas *José Estêvão*, *Amadeu Eurípedes Cachim*, *Frederico de Moura*, *Fernando Magano*, *Viriato Simões Teles*, *João Maria Calisto*, entre outros. *Francisco Sá Carneiro* é recordado e homenageado entre as figuras sem ligação direta a Ílhavo.

O grupo das figuras históricas conta com 35 nomes na Gafanha da Nazaré. São 18 reis, de Afonso Henriques a D. Manuel II, além das já referidas avenidas *Infante D. Henrique*, *Fernão Magalhães*, *João Corte Real* e *Vasco da Gama*, e das ruas com os nomes de

*Egas Moniz* ou do *Dr. João das Regras*, de navegadores como *Gil Eanes*, *Gonçalves Zarco*, *Bartolomeu Dias*, *João Rodrigues Cabrilho*, de vice-reis da Índia, como *D. João de Castro*, ou o governador *Salvador Correia de Sá*, ou ainda o nome do arquiteto do século XIV, *Afonso Domingues*. Na Gafanha da Nazaré, mais do que em qualquer das freguesias do concelho, as ruas ensinam história. Seria bom que todas as placas toponímicas tivessem um texto que assinalasse, para lá do nome, os feitos de cada uma das personagens assim homenageadas, não deixando de recordar os nomes que essas artérias tinham antes.

Em São Salvador, há uma *Rua Bartolomeu Dias*. Na Gafanha da Encarnação, há uma *Rua Afonso de Albuquerque*. Contudo, nesta freguesia, sede do município, se exceptuarmos a rua do malogrado *Tenente Valadim*, assassinado em África, em 1890, não há qualquer microtopónimo de cariz colonial.

O que não acontece na Gafanha da Nazaré, onde há três ruas com nomes de domínios coloniais portugueses (*Rua de Damão*, *Rua de Diu*, *Rua de Tânger*) e quatro outras com nomes de exaltação colonialista que já deviam ter sido retirados.

É difícil uma democracia rever-se em nomes como estes: *Rua Heróis da Guiné*, *Rua Heróis de Angola*, *Rua Heróis de Moçambique*, *Rua Heróis dos Dembos*, alusiva à «pacificação» do sul de Angola, em que o General João de Almeida teve um papel de relevo.

Importa referir ainda que, na freguesia de São Salvador, há 12 hodónimos relacionados com a Fábrica de Porcelana da Vista Alegre: 6 figuras da Família Pinto Basto, 3 pintores (*Victor Rousseau, Palmiro Peixe e Ângelo Chuva*), uma *Rua da Fábrica da Vista Alegre* e uma *Via Vista Alegre*. É estranho que Ílhavo não possua uma avenida com o nome de *José Ferreira Pinto Basto*, o empresário fundador da Vista Alegre, e, em boa medida, o criador de Ílhavo. Da importância da fábrica para o nome de Ílhavo disse, em 1852, o químico Sebastião Betâmio de Almeida: «a importante fábrica da Vista Alegre, pode dizer-se, criou Ílhavo [...]». E como esquecer o papel que os descendentes de José Ferreira Pinto Basto tiveram no poder municipal de Ílhavo até à I República? Ílhavo foi pioneiro em muitos aspetos graças à participação dos Pinto Basto no poder municipal ilhavense.

Como é possível que essa família e todos os artistas que ali deram o melhor da sua criatividade estejam confinados à Vista Alegre?

Neste núcleo, há ainda dois outros grupos: os microtopónimos com nomes de efemérides que comemoram acontecimentos políticos, como a *Avenida 25 de Abril*, a *Praça da República*, a *Rua 1.º de Maio*, mas também a *Rua 13 de Maio* ou a *Rua 18 de Setembro*; os hodónimos de referência espacial, que constituem homenagem ou simples referência a instituições, como a *Rua dos Bombeiros Voluntários*, a *Rua Obra da Criança*, a *Rua da Cooperativa Comunitária*, além da *Avenida das Fábricas*, da *Rua da Fábrica das Redes* e da *Rua da [fábrica de serração] Smida*.

#### 4. Topónimos e hodónimos de cariz popular

Em Ílhavo, existem ruas com nomes como *Urjal* (variedade de figueira algarvia?), *Paço*, *Curtido*, *Passadouro* – será uma palavra do léxico da marnotagem? O *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* define-a como «pequeno muro por onde os marnotos conduzem o sal, do tabuleiro para as eiras», para lá dos nomes e apelidos de diversos indivíduos.

Nesta e nas outras freguesias há ruas que colocam mais dificuldades de compreensão. São os casos da *Rua do Buchos*, da *Rua dos Caniços*, etc., para lá dos menos compreensíveis nomes dos becos: do *Alvim*, das *Lucílias*, da *Faloca*, etc.

## Muito breve conclusão

No conjunto, verifica-se uma compreensível ausência de uma política municipal estruturada sobre a hodonímia do concelho. Como em tantos municípios, os nomes vão sendo atribuídos em função do momento e das sugestões de ocasião. O mesmo poderia ser dito sobre a diversidade de placas toponímicas.

Os quatro núcleos identificados neste texto revelam diferenças substanciais entre as quatro freguesias, especialmente entre as freguesias de Salvador e a Gafanha da Nazaré, de um lado, e as outras duas, a Gafanha da Encarnação e a Gafanha do Carmo, do outro.

Na Gafanha da Nazaré, parece ter havido uma maior preocupação em dar às ruas nomes de figuras históricas. Aqui, as ruas ensinam história. Todavia, é precisamente nesta freguesia que encontramos (as poucas) ruas de cariz colonial.

Falta em todo o município um modelo único de placa toponímica que identifique os homenageados, como era interessante submeter à apreciação dos moradores os nomes escolhidos para as artérias a nomear. Provavelmente, possibilitaria uma atribuição mais democrática do que o modelo atual de comissões de toponímia, como já tem sido feito, ao mesmo tempo que se dava continuidade ao inventário iniciado pelo extraordinário e oportuno projeto *Se esta rua fosse minha*.

## Agradecimento

Quero manifestar publicamente o meu agradecimento à Dra. Eliana Fidalgo pelo apoio inextinguível para a realização deste estudo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Álvarez-Balbuena García (2012). La toponimia mayor de las áreas hablantes de gallegoportugués y asturleonés de León y Zamora: estado actual y prospectiva de su conocimiento. *Cahiers du Prohemio*, XII: 181-206.

Baretta, R. (2012). *Estudo toponímico dos bairros e distritos de Farrupilha-RS. Dissertação de Mestrado*. Universidade Caxias do Sul. Disponível em <https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/770/Dissertacao%20Rubens%20Cesar%20Baretta.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

Carvalhinhos, P. de J. (2005). *Hierotoponímia portuguesa de Leite de Vasconcelos às atuais teorias onomásticas: estudo de caso as nossas senhoras*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

Centro de Documentação de Ílhavo (2023). *Se esta rua fosse minha*. Disponível em: <https://centrodedocumentacao.cm-ilhavo.pt/staticContent?ID=SERFM-AUT-8070-8377>.

Ciberdúvidas (2016). *Memórias da toponímia em português*. Disponível em <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/aberturas/memorias-da-toponimia-em-portugues/2245>.

Cruz, J. J. de S. (2014). Situação em Portugal e Moçambique nos fins do século XIX. *Revista Militar*, 2544. Disponível em <https://www.revistamilitar.pt/artigo/898>

Dauzat, A. (1963). *Les noms de Lieux. Origine et évolution*. Librairie Delagrave.

*Dicionário da Língua Portuguesa* (2021).

*Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2003).

*Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* (2023).

Dick, M. V. P. A. (1980). *A motivação toponímica. Princípios teóricos e modelos taxionômicos*. Tese de doutorado em Semiótica e Linguística Geral, Universidade de São Paulo, FFLCH-USP.

Dick, M. V. P. A. (1990). *Toponímia e antroponímia no Brasil: coletânea de estudos*. FFLCH-L3.

George, J. P. (2018-05-17). *Toponímia colonial: as homenagens urbanas a nomes do «Ulamar»*. *Sábado*. Disponível em <https://www.sabado.pt/portugal/detalhe/toponimia-colonial-as-homenagens-urbanas-a-nomes-do-ulamar>.

George, J. P. (2018-05-17). *Atravessamos ruas e avenidas cujos nomes são pontos da cartografia colonial. Re-Mapping Memories*. Disponível em <https://www.re-mapping.eu/pt/entrevistas/joao-pedro-george>.

Guégués (2021-05-17). *Linguista. Sobre a língua: acertos, desacertos e problemas*. Disponível em <https://linguagista.blogs.sapo.pt/lexico-hodonimia-hodonimo-4213735>.

Iturra, R. (2011). Edward Burnet Tylor. *Estrolabio*. Disponível em <https://estrolabio.blogs.sapo.pt/1629011.html>.

Jornal de Notícias (2018-07-19). Figuras da ditadura dão nome a ruas em 78 concelhos. *Jornal de Notícias*. Disponível em <https://www.jn.pt/nacional/figuras-da-ditadura-dao-nome-a-ruas-em-78-concelhos-9612163.html/>.

Louis Frédéric (1980). *Manual Prático de Arqueologia*. Livraria Almedina.

Malhado, A. R. (2018-05-15). Museu das «Descobertas» ou da «Expansão»? Nome abre guerra entre historiadores. *Sábado*. Disponível em <https://www.sabado.pt/portugal/detalhe/museu-das-descobertas-ou-da-expansao-nome-abre-guerra-entre-historiadores>.

Margato, C. (2018-04-12). A controvérsia sobre um Museu que ainda não existe. Descobertas ou Expansão? *Expresso*. Disponível em <https://expresso.pt/cultural/2018-04-12-A-controversia-sobre-um-Museu-que-ainda-nao-existe.-Descobertas-ou-Expansao->

Mendes, J. A. (1999). Identidade nacional e ideologia através dos manuais de história. In Castro, R. V. et al (orgs.). *Manuais Escolares: Estatuto, Funções, História*. Universidade do Minho.

Moniz, M. (2023-03-21). Toponímia de Lisboa: a questão colonial e a celebração do imperialismo português. *Gerador*. Disponível em <https://gerador.eu/toponimia-de-lisboa-a-questao-colonial-e-a-celebracao-do-imperialismo-portugues/>

*Pordata* (2023). Densidade populacional. Disponível em <https://www.pordata.pt/municipios/densidade-populacional-452>

Rocha, C. (2005). As origens da toponímia do Norte de Portugal. *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa*. Disponível em <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/as-origens-da-toponimia-do-norte-de-portugal/16162>

Rocha, C.] (2016). Memórias da toponímia em português. *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa*. Disponível em <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/aberturas/memorias-da-toponimia-em-portugues/2245#>

Rocha, R. P. (2018-04-21). De Cunhal a Salazar. Há ideologia nos nomes das ruas de Portugal (e muito mais), *Observador*. Disponível em <https://observador.pt/especiais/de-cunhal-a-salazar-ha-ideologia-nos-nomes-das-ruas-de-portugal-e-muito-mais/>

Rodrigues, F. P. C. (2019). *Imagem, didática e ideologia nos compêndios de Desenho do Estado Novo*. Tese de Doutoramento, Departamento de Educação e Psicologia, Universidade de Aveiro.

Rodrigues, M. F., Barreira, M. (1994). Toponímia do concelho de Aveiro. Elementos para o seu estudo. *Estudos Aveirenses*, 3: 167-194.

Saramago, J. (2011). Há três anos. *Outros Cadernos de Saramago*. Disponível em <https://caderno.josesaramago.org/137907.html>

Sartori, T. O. (2010). *Ruas da minha cidade. Um estudo hodonímico*. Dissertação de mestrado, Universidade Caxias do Sul. Disponível em <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/518>

Strand, D. (2016). *No alternatives. The end of ideology in the 1950s and the post-political world of the 1990s*. (PhD dissertation, Department of Culture and Aesthetics, Stockholm University). Disponível em <https://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:974844/FULLTEXT01.pdf>

Torgal, L. R. (1989). *História e ideologia*. Edições Minerva Coimbra.

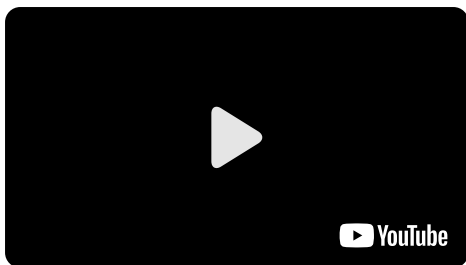




**ANDRÉ TAVARES**  
Universidade do Porto



# **EVOLUÇÃO DE ÍLHAVO NA PERSPETIVA DO PATRIMÓNIO MARÍTIMO, INDUSTRIAL E MILITAR**



Ílhavo, da Barra à Costa Nova, das Gafanhas a Ílhavo, em todo o espaço de São Salvador, é um território amplo onde se pressentem dinâmicas complexas.



**ANDRÉ TAVARES**  
Universidade do Porto

Se Ílhavo foi, até ao século XVIII, um espaço essencialmente agrícola que se desenvolveu a nascente do que é hoje o concelho, é possível recentrar o olhar da sua história no espaço marítimo e construir uma nova compreensão do território, das suas dinâmicas e dos seus processos de transformação e evolução.

Para compreender Ílhavo e a sua evolução, é útil começar por observar uma carta de 1759 que enuncia vários projetos de abertura de uma barra para abrir a foz do Vouga ao mar.

Mostra parte de um território em movimento, o estuário do rio Vouga que forma aquilo a que chamamos ria de Aveiro.

Hoje, o concelho de Ílhavo ocupa cerca de metade da superfície representada na carta.

Além da povoação que forma um núcleo urbano já consistente, outro ponto crucial na carta é o «Forte Novo», por oposição ao «Forte Velho», mais a sul a poente de Vagos, no ponto onde a barra abria naturalmente ao mar.



Forte novo, Arquivo Chió-pó-pó PT/CDILH/MMI/PPP/846

A carta mostra várias propostas para a abertura da barra: a primeira, a sul, onde ela se localizava naturalmente naquela data; a segunda, onde hoje é a Costa Nova; a terceira, próxima da sua localização atual; e uma quarta posição a norte, na Torreira.

Esta carta enuncia os ingredientes fundamentais para compreender a evolução de Ílhavo:

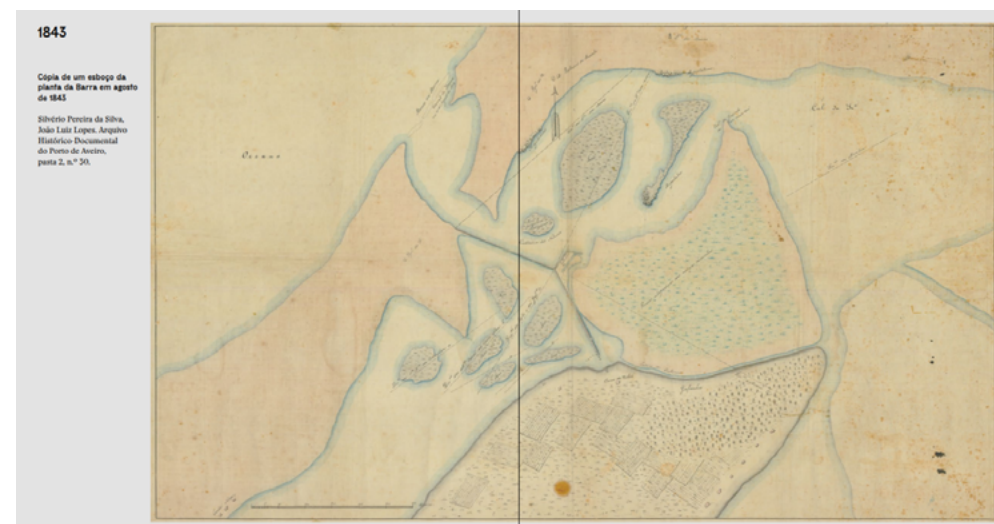
- a posição do forte e a fixação da barra que estabelecem uma relação do lugar com o mar;
- a consolidação progressiva dos terrenos alagadiços da ria e a dispersão territorial;
- a estrutura do aglomerado agrícola como suporte para o desenvolvimento urbano.

– Tal como outros forais, em 1514 o Foral de D. Manuel I já enunciava o carácter difuso de Ílhavo, fazendo referência às terras de Ílhavo e não à Vila de Ílhavo.

Em 1758, as memórias paroquiais destacam: por um lado, que a abundância de água assegurava a fertilidade dos campos, por outro, que as características pantanosas do lugar constituíam um perigo constante para a saúde pública.

Ao longo dos séculos a posição da barra oscilou, dificultando a navegação e criando muitas situações de indefinição, com zonas alagadas, canais em movimento, assoreamentos e instabilidade.

Uma obra determinante foi a fixação da barra em 1808, que resolveu o problema sanitário da laguna e conciliou a agricultura já instalada com a indústria e a atividade marítima.



Cópia de um esboço da planta da Barra em agosto de 1843  
Silvério Pereira da Silva, João Luiz Lopes. Arquivo Histórico-Documetal do Porto de Aveiro, pasta 2, 30.

Após esse momento, várias transformações consolidaram as terras de Ílhavo como as conhecemos.

A sul do canal da Barra, sobre o cordão dunar, fixou-se a Costa Nova como aglomerado dedicado à pesca costeira e, mais tarde, ao turismo.



Cais na Costa Nova, Arquivo do Porto de Aveiro  
PT/CDILH/MMI/PA/007

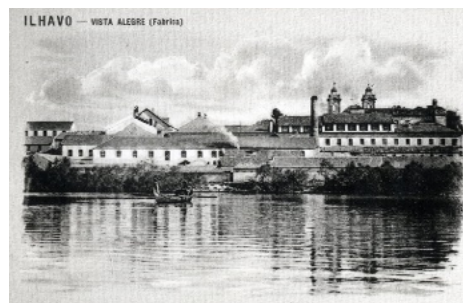
A norte, na posição do forte, instalou-se um farol que se tornou um elemento vertical estruturante da paisagem da região, e os canais de navegação levaram ao desenvolvimento de estaleiros navais e do porto de pesca.



Farol da Barra, Arquivo Chió-pó-pó  
PT/CDILH/MMI/PPP/859

Nas Gafanhas, foi-se concentrando população, geralmente pobre, que serviu de mão-de-obra para as várias atividades económicas em expansão.

O aglomerado urbano consolidou-se e reforçou o seu papel simbólico, apoiado no desenvolvimento industrial da Vista Alegre.



Fábrica da Vista Alegre, Arquivo Rocha Madail  
PT/CDILH/MMI/RM/2125

Estes vértices de desenvolvimento deram a Ílhavo uma figura de geometria variável e, sobretudo, descentralizada.

A dispersão do trabalho e os vários modos de uso no território fizeram de Ílhavo um espaço heterogéneo e dependente de um complexo sistema de inter-relações.

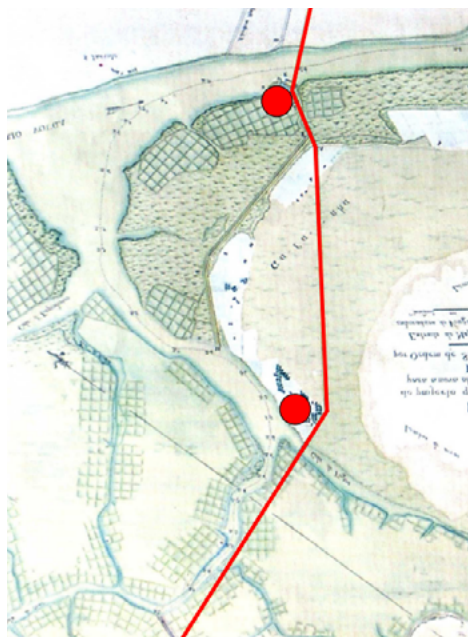
O impulso industrial da Vista Alegre deu origem a outras dinâmicas de construção naval, que lançaram a indústria da pesca, que exigiu o reforço demográfico e permitiu consolidar o território agrícola e, assim, alimentar a mão-de-obra industrial.

O desenho de 1764 já descreve o «Forte Novo» com a forma que ainda é perceptível nos nossos dias.

Em 1778 o forte foi representado na ilha da Mó do Meio, pivô das operações de infraestruturização e urbanização que conduziram a evolução de Ílhavo.



Foi a partir daí que se traçaram hipóteses para construir um dique de fixação da barra que determinou um acesso em reta, através das Gafanhas, formando a estrada da Barra em direção a Aveiro.



Linha que esteve na origem da via de ligação entre a Barra e Aveiro, por André Tavares

Essa linha determinou a posição da ponte da Gafanha, ou Ponte da Cale da Vila, construída entre 1855 e 1861 e, mais tarde, a localização dos estaleiros Bolais Mónica.



Ponte da Cale da Vila, Arquivo do Porto de Aveiro PT/CDILH/MMI/PA/149



Estaleiros Mónica, Arquivo Estaleiros Mónica PT/CDILH/MMI/EM/6598

Assim, a interligação entre o Forte, a Barra e Aveiro acabou por conduzir ao desenvolvimento do Porto Bacalhoeiro.



Barra de Aveiro, Arquivo do Porto de Aveiro PT/CDILH/MMI/PA/227

Foi essa figura de traçado artificial que se tornou infraestrutura de suporte à urbanização, ordenando a inscrição de peças fundamentais no território e determinando a configuração do desenvolvimento da sua paisagem.

Outro elemento estruturante que também decorre, indiretamente, da posição original do Forte Novo é o Farol da Barra.

Construído para apoiar a navegação em mar, o alcance a 23 milhas do foco de luz que o farol emana dá-lhe uma preponderância fundamental na paisagem da região.

O crescimento urbano de Ílhavo e a sua consolidação ao longo dos séculos XIX e XX ficou, em grande parte, a dever-se à fábrica da Vista Alegre, inaugurada em 1824.

A Vista Alegre assegurou a complementaridade económica entre uma agricultura frágil e uma indústria em ascensão, permitindo assim o desenvolvimento contínuo do lugar, sem que Ílhavo tenha perdido abruptamente a sua relevância regional.

Também foi a necessidade de ligação da Vista Alegre à rede de infraestruturas terrestres que deu sentido à inflexão a poente da estrada que se configurou como EN109.



EN 109, Arquivo Chió-pó-pó  
PT/CDILH/MMI/PPP/927

Nesse processo, o núcleo urbano de Ílhavo, que até então tinha crescido segundo o eixo nascente-poente, foi atravessado por um importante eixo de urbanização norte-sul que redefiniu as suas dinâmicas e geometria.

A estabilização da barra conduziu à sedimentação das dunas e à fixação de um povoado de pescadores na Costa Nova.



Barra nos anos 30, Arquivo Rocha Madail  
PT/CDILH/MMI/RM/2403

Desde finais do século XVIII começaram a operar ao longo da costa entre Espinho e o cabo Mondego uma série de companhias de pesca que usavam a arte xávega, geralmente apoiadas por construções em madeira, os palheiros.



Arte xávega na Costa Nova, Arquivo Chió-pó-pó  
PT/CDILH/MMI/PPP/777



Palheiros na Costa Nova, Arquivo Rocha Madail  
PT/CDILH/MMI/RM/2394

Essa atividade de pesca tinha como propósito alimentar a crescente indústria de conservas, primeiro em salmoura e mais tarde em enlatados.

Foi a indústria das conservas que levou ao crescimento exponencial desta pesca costeira, e a Costa Nova também beneficiou dessa dinâmica.

Mas a generalização dos navios a motor, sobretudo com a introdução dos motores a *diesel*, tornou a pesca de cerco no alto, por intermédio de traineiras, muito mais eficiente do que a arte xávega, permitindo diminuir o esforço de pesca e aumentar a escala e quantidade de capturas.



Traineira, Arquivo fotográfico da CMI  
PT/CDILH/CMI/AF/307

A transferência da pesca costeira para a pesca do cerco coincidiu também com a generalização do turismo balnear, desde finais do século XIX, primeiro como turismo de saúde, e mais tarde como turismo de lazer.



Praia da Costa Nova do Prado,  
Arquivo fotográfico da CMI  
PT/CDILH/CMI/AF/8125

A proximidade da Costa Nova a Aveiro, espaço de famílias burguesas, e a capacidade económica conquistada nos anos áureos da pesca do bacalhau, deu ao lugar um novo impulso de construção de casas de veraneio.

Os palheiros de férias ganharam cores garridas e pinturas que os distinguiram, pelo pitoresco, dos palheiros populares de Mira ou do Furadouro, e sobretudo dos seus vizinhos na Costa Nova.

Nas Gafanhas, o estabelecimento da Colónia Agrícola, apesar de não ter sido um motor de desenvolvimento, estruturou o imaginário agrícola das Gafanhas e deu uma forma perceptível e poderosa ao coração daquele território.



Colónia Agrícola da Gafanha, Arquivo Rocha Madaíl  
PT/CDILH/MMI/RM/2268

Em 1941, a construção de uma rede de cais de betão armado em vários pontos da ria fortaleceu as acessibilidades num território difuso e reposicionou as Gafanhas, como o coração das terras de Ílhavo, espaço de cruzamento entre a Vista Alegre, Ílhavo, Costa Nova, Barra e Mó do Meio.

As estradas e caminhos marginais, quer do lado do canal de Mira, quer do lado do rio Boco, serviram de suporte a uma urbanização essencialmente pobre, mão-de-obra prestável para as várias atividades económicas nas várias centralidades da região.

Sobretudo a partir do início do século XX, a urbanização das Gafanhas fez-se, também, ao ritmo da construção de capelas e de elementos de referência religiosa que permitiram constituir sentidos de comunidade e pertença.

A partir de meados dos anos de 1920, o bacalhau pescado na Terra Nova determinou a cultura e o desenvolvimento de Ílhavo.

Há registos de interesses e práticas de pesca portuguesas na Terra Nova logo no início do século XVI, mas ao longo do tempo essa atividade deixou de ter expressão, e só no século XIX Portugal tornou a ensaiar a pesca longínqua para substituir as importações de bacalhau.

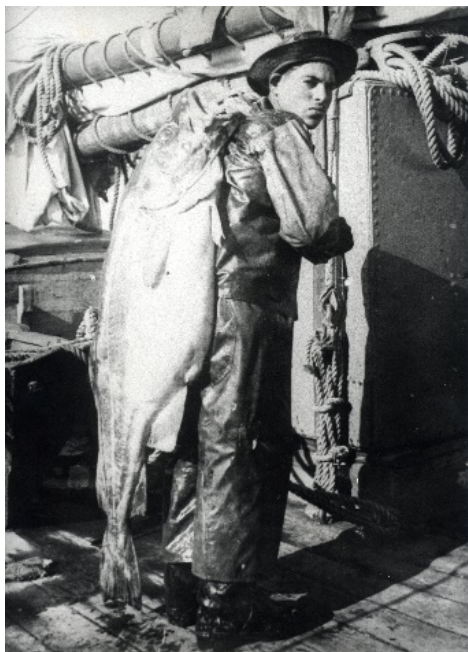
A partir de 1920, depois de vários anos como porto secundário nas campanhas de pesca, Ílhavo tomou a dianteira no panorama nacional.



Porto Bacalhoeiro, Arquivo do Porto de Aveiro  
PT/CDILH/MMI/PA/564



Este processo corresponde a um importante momento de consolidação urbana. Hoje, apesar de a pesca do bacalhau representar apenas uma parte da atividade piscatória da região, o bacalhau continua a desempenhar um papel preponderante na cultura ilhavense.



Bacalhau, Imagoteca MMI  
PT/CDILH/MMI/IMG/6431

O Porto Bacalhoeiro da Gafanha da Nazaré começou por se agregar aos estaleiros Bolais Mónica, tirando partido de alguma infraestruturas existente, da acessibilidade a redes de distribuição através da Ponte da Cale da Vila, e da disponibilidade de terrenos agrícolas na vizinhança para implantar secas e instalações para processamento do pescado.

Após a fundação da Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau, em 1934, e da construção das suas instalações no porto bacalhoeiro, em 1936, multiplicou-se a instalação de empresas de pesca e secas de bacalhau em Ílhavo.



Secas de bacalhau, Arquivo João Parracho  
PT/CDILH/CMILH/ICM/JP/00078

Esse crescimento rápido consolidou-se nos anos de 1940 e novas construções avançaram para sul da Ponte da Cale da Vila e a norte do esteiro Oudinot, que delimitava o porto.



Esteiro Oudinot, Arquivo do Porto de Aveiro  
PT/CDILH/MMI/PA/P3/034

O declínio acentuou-se desde os anos de 1960, em função do fim das políticas protecionistas do Estado Novo em 1967, mas também porque não houve capacidade de renovação tecnológica para acompanhar o esforço de pesca necessário.



Entretanto, as várias empresas reorganizaram-se, sobretudo passando da pesca à transformação do pescado.



Empresas de transformação do pescado,  
Imagoteca MMI  
PT/CDILH/MMI/IMG/6720

Após o encerramento definitivo dos estaleiros Bolais Mónica, em 1981, foi possível unificar a frente marginal do porto e dar-lhe nova coerência, já integrada na dinâmica do Porto de Aveiro numa perspetiva de porto comercial e logístico.

Nos anos de 2000, o que outrora tinha sido um importante porto de pesca passou a ser um núcleo empresarial, combinando a indústria transformadora de pescado com algumas atividades de pesca e vestígios de outros tempos.

O impacto da pesca do bacalhau nas terras de Ílhavo foi mais profundo do que aquele que se vê no Porto Bacalhoeiro: corresponde à política de centralização e construção identitária posta em prática pelo Estado Novo.

Além do porto, um sinal desse processo é o bairro de pescadores da Malhada.



Bairro de Pescadores da Malhada,  
Arquivo fotográfico da CMI  
PT/CDILH/CMI/AF/1381

Este primeiro bairro é um pequeno conjunto de dez casas, de piso térreo, com chaminés a marcarem formalmente o conjunto.

A opção de construção do pequeno bairro coincide com a defesa de costumes e valorização da habitação individual que o Estado Novo pretendia inculcar na população, contribuindo para a formalização do mito da Casa Portuguesa, construções de paredes caiadas e beirais, modestas, mas alegres.

Tal como o regime procurou estabelecer um padrão de união nacional em torno da arquitetura, também o bacalhau foi eleito como exemplo e forma de união nacional através das práticas gastronómicas.

A pesca longínqua, com campanhas de vários meses em mares distantes, promovia também o discurso de valorização da história dos descobrimentos dos séculos XV e XVI.

O anacronismo da salga do bacalhau, sobretudo quando novas tecnologias de refrigeração do pescado e a instalação de frigoríficos domésticos revolucionaram as práticas alimentares de outros países, acentuava o carácter excepcional de Portugal, um país que queria preservar o seu império colonial em conjunto com os valores morais e sabores de outrora. As dez casas de pescadores são o testemunho histórico desta política.



Salga de bacalhau, Imagoteca MMI  
PT/CDILH/MMI/IMG/6524

Por oposição ao bairro dos pescadores da Malhada, dito «humilde», o núcleo de fundação da vila consolidou-se através da abertura da dita Avenida dos Capitães.



Avenida dos Capitães (atual avenida Mário Sacramento), Arquivo Chió-pó-pó  
PT/CDILH/MMI/PPP/934

Ao traçado provavelmente lançado em 1922, foram feitas obras de consolidação e melhoria em 1937, que configuraram a avenida como expressão da consolidação urbana e modernização de Ilhavo por benefício da pesca do bacalhau.

A Avenida dos Capitães integrou e deu forma à ambiciosa reforma e consolidação do centro urbano imaginada no Plano de Urbanização de 1949, da autoria dos arquitectos Carlos Ramos e José Llamago.

A expressão mais significativa deste plano, e que teve consequências no futuro de Ilhavo, foi o reforço da urbanização no eixo nascente-poente, dando forma ao que é hoje a zona nascente da Avenida 25 de Abril.



PLENICOOP, Arquivo fotográfico CMI  
PT/CDILH/CMI/AF/1354

Em Ílhavo, os antecedentes agrícolas foram fundamentais para o desenvolvimento industrial da Vista Alegre, a estrutura e a competência industrial justificaram o desenvolvimento da barra e a consolidação do porto, a construção naval deu o impulso necessário para a fixação da indústria do bacalhau, a indústria do bacalhau assegurou a consolidação urbana do centro e a persistência da indústria cerâmica, os territórios agrícolas continuaram a fornecer mão-de-obra e alimentação de subsistência para a maioria da população.

Hoje, a paisagem de Ílhavo reflete as contradições da sua evolução histórica.

Após o 25 de Abril, os seus principais vetores identitários foram profundamente afetados, mas o concelho foi capaz de se reajustar e encontrar novas dinâmicas de atividade que reposicionaram o seu território na sociedade contemporânea.

Do ponto de vista da forma urbana, a transformação mais significativa foi a consolidação do Porto de Aveiro.

Mas uma série de outras dinâmicas reformulou a sua identidade: houve um novo fôlego de desenvolvimento industrial, com maior expressão no polo industrial da Mota, mas também com unidades de produção relevantes nas zonas a nascente do concelho; qualificou-se a infraestrutura viária, com uma escala e uma dimensão que ultrapassam os limites regionais; passou a haver acesso a habitação pela totalidade da população; e, finalmente, construiu-se um conjunto de equipamentos públicos de várias escalas, na sua maioria realizados através de financiamentos europeus, que pontuam o território disperso atribuindo-lhe novos significados e funções.

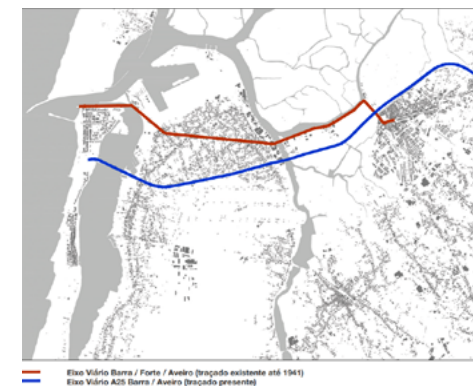
A principal transformação introduzida na estrutura viária foi a integração da Nova Ponte da Barra no traçado da A25, a via rápida que liga diretamente a Barra a Vilar Formoso.



Ponte da Barra, Arquivo Rosário Ribeiro  
PT/CDILH/RR/3

Do lado do Porto Bacalhoeiro, a Ponte da Cale da Vila, reconstruída no final dos anos de 1950, foi também absorvida por essa via de comunicação rápida.

A nova linha de autoestrada acabou por substituir os três segmentos de reta que, desde a Barra de 1808 a Aveiro, definiam a estrutura física do extremo norte das Gafanhas.



Eixos viários Barra/Aveiro (traçados até 1941 e atual),  
por André tavares

Do lado do cordão dunar, a mudança de posição da ponte levou à inversão de sentido do crescimento urbano da Barra que, se antes se fazia segundo um eixo nascente-poente, passou a desenvolver-se de norte para sul.

Também a Costa Nova se prolongou para norte, aproximando os seus limites do acesso à ponte e, no limite, estabelecendo um contínuo urbano com a Barra.

A construção de várias zonas portuárias deu uma nova forma aos limites do território e transformou a relação do espaço urbano com as margens da ria.

A principal intervenção, apesar de geograficamente ser marginal, deu-se no extremo norte das Gafanhas, com o conjunto de docas para navios de grande porte.

As infraestruturas portuárias, divididas entre Porto de Pesca, o Porto Comercial e o Porto Bacalhoeiro, acabam por

delimitar uma fronteira sem acessibilidade pública nem uso qualificado em todo o extremo norte da Gafanha da Nazaré.

Em vez de uma economia e hábitos culturais sedimentados numa relação permeável e contínua entre terra e água, a nova forma do porto reforçou a dimensão marítima associada à dita «economia azul», perdeu a sua função de mobilidade local e afastou a relação permeável da comunidade com a água.

Entretanto, o município adotou o *slogan* «O Mar por Tradição», que delineou várias políticas culturais e investimento em equipamentos.

O Museu Marítimo de Ílhavo, que herdou a estrutura do antigo museu de cariz etnográfico, afirmou-se como centro aglutinador dessa estratégia.



Museu Marítimo e Regional de Ílhavo,  
Museu Marítimo de Ílhavo  
PT/CDILH/MMI/IMG/3350

Tomando partido da história da pesca do bacalhau, o Museu empenhou-se em constituir uma coleção com grande potencial de identificação pela população local e capaz de expandir o seu alcance para o contexto nacional.

A sua arquitetura inscreveu-o numa rede de obras e interesses de carácter internacional. A ambição simbólica do projeto do *atelier* ARX e a direção que foi dada à sua atividade permitiu ao Museu chamar a si, e à cultura marítima, um sentido identitário para o concelho.

O facto de o Cais Criativo da Costa Nova ter sido concebido, pelo mesmo *atelier* de arquitetos, gerou uma coerência de conjunto capaz de conferir unidade entre edifícios e programas muito díspares, onde se inclui também o edifício da Biblioteca Municipal.

Essa correspondência foi reforçada com a inscrição dos equipamentos na rede de programação cultural 23 Milhas, que agrega outros equipamentos dispersos pelo concelho usando o Farol da Barra como ponto de referência identitário.

Estes edifícios constituem investimentos públicos significativos que estão a reorganizar a estrutura territorial de Ílhavo, numa época em que os seus limites e formas marítimos e fluviais estão mais definidos, por oposição à instabilidade de há cem anos.



A convergência de vários equipamentos de cultura, de investigação e de produção em funções e atividades que têm o Atlântico como referência dá um novo sentido ao património marítimo de Ílhavo, revelando o potencial agregador das políticas públicas num contexto de dispersão territorial.

Os vários elementos interrelacionam-se e constroem influências recíprocas que dão substância a um território complexo que se expande muito além do núcleo urbano da cidade pré-industrial.

A abertura da barra, o Forte como ponto de referência na infraestruturação do território, a indústria do bacalhau como propulsor de uma nova cultura identitária, o turismo e a urbanização do cordão dunar como novas formas de ocupação da primeira linha de costa e a expansão e reforço das infraestruturas portuárias e viárias tiveram um profundo impacto no território.

Ílhavo é hoje um espaço complexo em que a variedade das suas atividades e funções se expande entre a terra e o mar.

Nota: Este texto é uma versão simplificada e resumida do texto homónimo publicado em André Tavares, Um retrato marítimo de Ílhavo: ler a história de uma paisagem através do seu património marítimo, militar e industrial. A maritime portrait of Ílhavo: reading the history of a landscape through its maritime, military and industrial heritage, Braga/Guimarães, Lab2PT, 2021, ISBN: 978-989-8963-39-0. Disponível online em <https://hdl.handle.net/1822/75541>